

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 27 DE SETEMBRO DE 2007

NÚMERO 5.789

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1803
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 029ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 25/09/20072

Atos da Mesa

Ata da Presidência6

Publicações Diversas

Ata de Comissão Permanente.....7
.....7
Audiência Pública.....8
Comunicado17
Ofícios17
Proposta de Alteração19
Resolução20

PLENÁRIO

ATA DA 029ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h19, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO
Ordem do Dia

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Elogia a possibilidade da instalação de indústria da Cooperativa Central Aurora no planalto norte catarinense.

DEPUTADO VALMIR COMIN (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Braço do Norte.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença do presidente do Grêmio Estudantil e de professoras de Caxambu do Sul.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Solicita permissão para subscrever moção de autoria do deputado Jandir Bellini acerca de alteração da Portaria Secex n. 15.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca a presença da presidente do PSDB de Porto Belo, Jane Serpa.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Manifesta-se contra o pedagiamento das rodovias federais em Santa Catarina.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Coloca sua posição contrária ao pedágio nas estradas catarinenses.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (aparte) - Apóia a posição desfavorável ao pedagiamento das estradas no estado.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Afirma que sempre lutou contra o pedágio nas rodovias de Santa Catarina.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Informa a realização de audiência pública para discutir o papel do DNIT no estado.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Aborda a realização de fórum em Rio do Sul para reimplantação da malha ferroviária em Santa Catarina.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Elogia a ação do deputado Rogério Mendonça em prol da reativação da malha ferroviária catarinense.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Reclama do pequeno repasse de recursos federais para infra-estrutura em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0006/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0067/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0069/2007.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0266/2007.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0353/2007.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0581/2007, 0582/2007, 0583/2007 e 0584/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0585/2007, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0586/2007, de autoria do deputado Herneus de Nadal; 0587/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0588/2007, 0589/2007 e 0590/2007, de autoria do deputado Darci de Matos; 0592/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0593/2007 de autoria do deputado Gelson Merisio; 0594/2007, de autoria do deputado Edson Piriquito; 0595/2007, 0596/2007, 0597/2007 e 0598/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da empresa Movimento Engenharia e Execuções, de Joinville, cumprimentando-o pela realização da 18ª edição da campanha Momento da Árvore.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao vereador joinvilense Odir Nunes, cumprimentando-o pelo projeto de lei para reconhecimento da Rádio Comunitária Pirabeiraba como entidade de utilidade pública.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Messe Brasil Feiras e Promoções, de Joinville, cumprimentando-o pela realização da Intercon/2007.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Embraco, de Joinville, cumprimentando-o pela edição do Relatório de Sustentabilidade 2007 - Exercício 2006.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, solicitando a retirada da matéria e o arquivamento do Projeto de Lei n. 0214/2007.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus e outros, solicitando apreciação do parecer contrário exarado pela comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n. 0250/2007.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Grupo Angeloni, cumprimentando-o pela iniciativa de contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais e de idosos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente e ao secretário-geral da Juventude do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - JPMDB -, cumprimentando-os pela organização das convenções estaduais da entidade.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Univali, cumprimentando-o pelo aniversário do *campus* de Itajaí.

A deputada Ana Paula Lima solicita ao autor para que possa subscrever o requerimento.

(O autor aquiesce.)
Com a aquiescência do autor, subscreve o requerimento a deputada Ana Paula Lima.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos de Nova Itaberaba, Sul Brasil, Tigrinhos, Princesa, Flor do Sertão, Cunhataí e Bandeirante, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Tigrinhos, Princesa, Cunhataí, Bandeirante e Flor do Sertão, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 0179/2007.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, manifestando que os deputados membros da Frencoop-SC respaldam na Alesc todos os incentivos propostos pelo governo do estado com relação à instalação, no planalto norte, de um frigorífico de aves da Coopercentral - Aurora.

A Presidência defere de plano.
O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, é apenas para dizer - e o deputado Antônio Aguiar, espero, será o felizardo - da importância dessa indústria ser instalada no estado de Santa Catarina. Ela vai ter um investimento de mais de R\$ 300 milhões, sendo que mais de 300 mil aves serão abatidas por dia, com quase mil integrados produzindo - e serão os agricultores que vão produzir; com mais de 3,5 mil empregos diretos e 4,5 mil empregos indiretos; totalizando mais de 900 milhões de aves por ano.

Então, temos que parabenizar o governador por atender ao pleito das cooperativas. Existe, deputado Julio Garcia, a intenção de outros estados levarem essa indústria, como é o caso do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Mato Grosso.

Por isso queremos agradecer, mais uma vez, a todos os deputados que assinaram o nosso requerimento e vamos esperar que possamos ser felizes em dar essa indústria para o planalto norte que, com certeza, saberá fazer o desenvolvimento ainda melhor daquela região.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O requerimento de v.exa. conta com o apoio incontestado do deputado Antônio Aguiar.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Guaraciaba, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Esporte Clube Juventus, de Joinville, cumprimentando-o pelo aniversário da agremiação.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da empresa Ponteiros Rodrigues, cumprimentando-o pelo seu aniversário.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria da bancada do PP, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da OAB/SC, pedindo o envio a esta Casa de relatório das transferências ocorridas entre 1997 e 2007, correspondente à taxa de comissão prevista na Lei Complementar n. 155.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do Ibama, pedindo o cumprimento do cronograma das obras do berço 401, do porto de São Francisco do Sul.

Este requerimento já foi apresentado anteriormente, se não me falha a minha memória, na forma de indicação.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Saúde, pedindo a implementação de medidas para tornar obrigatória a exibição de publicidade contra o abuso do álcool no trânsito em salas de cinema e casas de espetáculos.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Anatel e à Brasil Telecom, pedindo medidas urgentes para a instalação de duas antenas de telefonia celular em Gaspar.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Gostaria de registrar, em nome do Parlamento e também do deputado Genésio Goulart, que pediu que eu o fizesse através deste microfone, a presença do ilustre prefeito de Braço do Norte, o nosso popular Tilico.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Também, da mesma forma, quero registrar a presença do presidente do Grêmio Estudantil de Caxambu do Sul, minha terra natal, Andrei Zamoner, juntamente com as professoras da rede estadual que se fazem presentes neste Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Moção de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviada ao ministro da Previdência Social, ao presidente do INSS e ao advogado-geral da União, solicitando a implantação de unidade da Procuradoria Jurídica em São Miguel d'Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada, com a exaltação do deputado Pedro Baldissera.

Moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada ao ministro da Agricultura, solicitando medidas que visem solucionar a crise da pecuária leiteira catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jandir Bellini, a ser enviada ao ministro do Desenvolvimento, solicitando providências com vistas à revisão e alteração da Portaria Secex n. 15, desvinculando a emissão do certificado de origem pelo Banco do Brasil.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Com a permissão do autor, quero subscrever a moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, subscreve a moção também o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Recebemos, assim como todos os deputados desta Casa também receberam, uma correspondência pedindo uma atenção especial para essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao ministro da Saúde, solicitando correção na tabela do Sistema Único de Saúde - SUS.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada aos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios de Biguaçu, Tijucas e Gaspar, ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gaspar, ao presidente do Conselho Indigenista Missionário - Cimi/Regional Sul, ao delegado Regional da Funai/SC e ao cacique da comunidade do povo guarani de Palhoça, manifestando repúdio a todo e qualquer ato xenofóbico, racista, discriminatório e contrário à vida e à dignidade da pessoa humana praticado contra o povo guarani.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser encaminhado ao procurador-geral do estado, solicitando informações sobre pagamentos efetuados a defensores dativos e assistentes judiciários desde a vigência da Lei n. 13.120/2004.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre o montante dos repasses feitos à OAB/SC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça, solicitando informações sobre os repasses feitos à OAB/SC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas, solicitando informações sobre as prestações de contas da OAB/SC relativas aos exercícios 1997/2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da liderança do PP, a ser encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Regional de Araranguá, solicitando informações sobre o Projeto Caverá Folia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento dos srs. líderes, comunicando que, em função da realização do programa Média Training, que acontecerá hoje, na Assembléia Legislativa, a sessão será encerrada, a pedido dos líderes, às 17h.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Herneus de Nadal, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quero destacar aqui na galeria da Casa a presença da presidente do PSDB de Porto Belo, Jane Serpa, que com a sua comitiva vem visitar diversos deputados da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Destacada a presença, tem a palavra o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, assomo à tribuna, na tarde de hoje, para fazer referência a uma preocupação que com certeza ronda todos nós, deputados, e todos os catarinenses.

Todos sabemos o custo, a dificuldade que é trafegar pelo estado do Rio Grande do Sul, do Paraná e também em várias outras unidades da federação. Sabemos como é oneroso para o sistema produtivo, para os prestadores de serviço e para as famílias que se deslocam o pagamento do pedágio. O pedagiamento é uma penalização dupla realizada em desfavor de toda população, daquela que se utiliza da rodovia e também dos demais que não têm o veículo, que não passam pelas praças de pedágio, mas que de forma indireta sentem os custos da alimentação, do vestuário e dos serviços aumentados por conta da cobrança de valores que, em muitos casos, na proporção do percurso do trecho, ultrapassam os valores dos combustíveis consumidos pelos veículos.

Srs. deputados, Santa Catarina, por enquanto, está livre da cobrança de pedágio porque o Parlamento catarinense em algumas oportunidades resistiu às propostas de cobrança. Mas é justo que continue sem a cobrança em determinados trechos até porque no início da minha modesta manifestação fiz referência ao fato de a taxa de cobrança de pedágio ser cobrada duplamente, porque além do pagamento diário que o usuário tem que fazer ao utilizar a rodovia, sempre que abastece o seu veículo ele paga a taxa sobre os combustíveis, deputado Pedro Uczai. E essa taxa está permitindo ao estado de Santa Catarina construir inúmeros acessos asfálticos a comunidades que ainda não tinham à sua disposição esse benefício de comunicação tão importante para promover o desenvolvimento sócio-econômico nesses locais mais distantes e isolados.

Srs. deputados, essa taxa cobrada é distribuída pela União da mesma forma que o estado distribui os percentuais que cabem aos municípios com relação ao ICMS. Os municípios também participam de uma forma bem ínfima da distribuição de taxas. Por isso, as três esferas, a municipal, a estadual e a federal, contam com a contribuição da Cide e os consumidores todo dia e toda hora pagam esses valores ao abastecer os seus veículos. Portanto, no meu modo de ver, não podem ser penalizados duplamente com a cobrança também do pedágio.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Deputado Pedro Uczai, ouço muita satisfação a sua manifestação, sempre serena e equilibrada, para que possa contribuir com o modesto pronunciamento deste deputado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Herneus de Nadal, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que sou solidário com essa luta. Gostaria de ver este Parlamento de pé, pronunciando-se, os 40 parlamentares, contra o pedágio em Santa Catarina.

Não é possível que a BR-116 e a BR-101, que estão sendo modernizadas, sejam privatizadas e o pedágio implementado. Em segundo lugar, acho que não é necessário o pedágio para empresa privada quando o poder público já recolhe uma forma de tributo, que é a Cide. O governo do estado recebeu R\$ 50 milhões, em 2006, provenientes da Cide e está investindo em acessos e em obras físicas; o governo federal também fica com uma parte da Cide para fazer a modernização das rodovias federais.

Por isso, temos que fazer dois grandes movimentos: um na política, no sentido de pressionar para que o governo federal recue dessa decisão de, no dia 9 de outubro, promover o leilão do pedágio; e outro na esfera jurídica.

Hoje, na comissão de Transportes, haverá uma audiência pública e no dia 4, outra. E esta Assembléia Legislativa tem que se manifestar contra os pedágios. Sou presidente do Partido dos Trabalhadores e o presidente da República é do PT também, mas não podemos concordar com o pedágio em Santa Catarina. Fora pedágio! Não ao pedágio em nosso estado!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradecemos a participação do deputado Pedro Uczai e também a sua determinação de levarmos juntos essa bandeira em favor dos consumidores, em favor da população catarinense.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Ouço v.exa. com muita alegria e com muito prazer.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Meu grande líder, quero parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento e também, como mencionou o deputado Pedro Uczai, manifestar a minha contrariedade com relação à cobrança de pedágio nas rodovias catarinenses.

Quero, inclusive, solicitar ao deputado Pedro Uczai, na condição de presidente estadual do PT, que faça uma comitiva para demover o presidente da República da idéia do lançamento desse edital. Porque depois não adianta, não creio que consigamos mais frear! Portanto, temos que nos manifestar e externar a nossa posição contrária agora.

Mas creio que tenha que haver uma ação do PT de Santa Catarina, se esse é o posicionamento, para que o governo Lula libere Santa Catarina dessa forma de atuação, haja vista que já temos a cobrança da Cide.

Parabéns, deputado!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Deputado Manoel Mota, v.exa. vai falar da dupla penalização, da cobrança da Cide e da cobrança do pedágio? Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar o eminente deputado Herneus de Nadal e dizer que este é um tema muito importante.

Nós nos temos desdobrado nesta Casa para que o pedágio não seja implantado, inclusive na BR-101. E a senadora Ideli Salvatti está conosco, fazendo de tudo para que o pedágio não seja viabilizado. E hoje quer implantar o pedágio em obras construídas com dinheiro público é assaltar a população. O pedágio já está sendo cobrado através da Cide e ninguém pode ser duplamente cobrado em qualquer tipo de ação. Então, esse é o momento para Santa Catarina se posicionar.

No estado do Paraná não dá para andar porque está cheio de pedágio e no Rio Grande do Sul é a mesma coisa. Mas em Santa Catarina, graças a Deus e graças a este Parlamento, que tem dado essa contribuição, que tem ajudado, a coisa até agora é diferente. Então, agora é o momento decisivo de não aceitarmos o pedágio em Santa Catarina, pois não podemos mais penalizar os nossos conterrâneos.

Por isso, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo por levantar um tema tão importante como é a questão dos pedágios em Santa Catarina. Pedágios em Santa Catarina não!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - É a nossa representação, deputado Manoel Mota, que vai editar os passos que nós teremos que tomar para proteger...

(Discurso interrompido por término do horário regimental).

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Rogério Mendonça.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, só quero complementar o assunto que foi debatido agora e convocar a sociedade catarinense e as pessoas que estão na nossa Assembléia Legislativa para participarem agora, às 18h30min, na comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, de uma audiência pública sobre o papel do DNIT em Santa Catarina.

Num primeiro momento, esse debate será para uma prestação de contas do DNIT e sobre a manutenção que está fazendo nas rodovias federais. E num segundo momento, será para a discussão do edital da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que prevê o pedágio nas duas rodovias de Santa Catarina, a BR-116 e a BR-101, trazendo um debate, uma alternativa da Fetranesc. Então, gostaria de anunciar essa audiência pública e convidar todos para participarem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A relevância do assunto, deputado Rogério Mendonça, merecia a palavra do deputado Décio Góes. E agradecemos a compreensão de v.exa. que agora, sim, tem dez minutos para se pronunciar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, srs. deputados, utilizo a tribuna nesta tarde, na Assembléia legislativa, para falar sobre um assunto que já foi tocado levemente pelo deputado Antônio Aguiar, em Rio do Sul, na última quinta-feira, quando da instalação do I Fórum Estadual Pró-implantação da Malha Ferroviária.

Srs. deputados, também participei do evento e utilizei a palavra, falando em nome desta Casa, representando o deputado Julio Garcia. E quando falávamos sobre a questão das ferrovias com a participação do governador Luiz Henrique, diversos empresários, inclusive o empresário de Lages, sr. Hildo Battistella, aliás, um empresário do qual tive uma belíssima impressão quando conversei com ele no gabinete do prefeito Milton Hobus, antes do fórum, sobre diversos assuntos e percebi o grande conhecimento que possui, comentavam acerca da implantação de alguns trechos da ferrovia, o trecho norte/sul, ou seja, o trecho litorâneo da ferrovia, ligando os portos de São Francisco do Sul, Itapoá, Navegantes, Itajaí e também o porto de Imbituba, no sul do estado.

Srs. deputados, esses portos mudarão totalmente a situação de Santa Catarina, que será, como disse o empresário Hildo Battistella, uma esponja que atrairá mercadorias não só de Santa Catarina, mas do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Mercosul. Através dos nossos portos serão exportadas mercadorias para diversas partes do mundo. Ele dizia que uma mercadoria, deputado Marcos Vieira, a partir de qualquer porto de Santa Catarina para qualquer lugar do mundo, custará, em média, US\$ 12 por tonelada, enquanto que de São Paulo a Buenos Aires custa em torno de US\$ 85 a tonelada. Dizia também que há uma projeção no Brasil até o ano 2020, e se nós quisermos ser competitivos, teremos que absorver 34% do transporte da carga de produção através do transporte ferroviário.

Srs. deputados, nós estamos atrasados. Santa Catarina já teve uma malha ferroviária muito maior do que tem hoje, pois perdemos, a partir de 1973, por exemplo, a ferrovia que vinha de Agrolândia, lá no Alto Vale do Itajaí, passava por Rio do Sul, Indaial e Blumenau e ia até a cidade de Itajaí. E hoje nós estamos fazendo reuniões e simpósios para tentar a reativação das ferrovias.

A ferrovia ligando os portos é importante, mas sem dúvida alguma a ferrovia leste/oeste também é muito importante. E como dizia o empresário Hildo Battistella, uma ferrovia não sobrevive somente com transporte de manufaturados, são necessários outros produtos. Nós temos a madeira que pode ser transportada através das ferrovias; agora, em Vidal Ramos, temos a fábrica de cimento, que haverá de transportar 1 milhão e 300 mil toneladas de cimento por ano. Portanto, praticamente só isso viabilizaria a ferrovia.

Mas ele dizia que existem muitos empresários interessados em investir na ferrovia. E ela deverá ir além do Alto Vale, até o oeste de Santa Catarina, até o extremo oeste, alcançando o norte da Argentina e indo até para o Paraguai, para trazer de lá grãos e minérios para os portos de Santa Catarina. E na contramão, o trem que traria os minérios, os grãos, o cimento e a madeira, levaria para o oeste de Santa Catarina, para a Argentina e para as províncias daquela região, os produtos de Santa Catarina.

Portanto, nós esperamos que realmente isso aconteça. Foi dito naquele simpósio que a tendência é que a BR-470 se transforme num inferno com o aumento do tráfego de caminhões e de automóveis. Eu acredito que não vai transformar-se num inferno, pois já é um inferno, tal o grau de dificuldade que temos no transporte através daquela rodovia.

Por isso, lutamos e queremos, sim, a duplicação da BR-470, mas, sem dúvida, essa grande bandeira levantada a partir de Rio do Sul, pelo prefeito Milton Hobus e pelo governo Luiz Henrique da Silveira, é fundamental para que tenhamos estrutura logística para que as empresas venham não só a continuar no estado, mas também a se instalar em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Nobre deputado, não poderia deixar de fazer menção elogiosa ao seu trabalho de articulação, juntamente com demais lideranças políticas e empresariais de Rio do Sul, do planalto, para tratar do encaminhamento da retomada do projeto para implantar novamente a ferrovia que liga o litoral aos nossos portos com aquela região.

Sabemos que, no que diz respeito às ferrovias, o Brasil infelizmente regrediu muito nos últimos anos. Já tivemos 30 mil quilômetros de ferrovias e hoje temos somente 28 mil quilômetros.

Portanto, é através de ações como essa, de mobilização, de discussão, de debate, que vamos poder recompor a nossa malha ferroviária tão importante para o escoamento da nossa produção, tão importante para a nossa economia.

Parabéns e conte sempre com a nossa participação.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Nobre deputado, permita-me parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e acrescentar que infelizmente Santa Catarina recebe do governo federal muito pouco daquilo que lhe é de direito. Inclusive, a Federação das Indústrias recentemente publicou um relatório sobre os investimentos que estão previstos para Santa Catarina em 2007, que são da ordem de R\$ 450 milhões, para infra-estrutura. Mas foram liberados somente 2,36%. É muito pouco.

Parabenizo v.exa. pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira. Também vou utilizar o tempo que me resta para falar sobre um assunto importantíssimo, que é a questão da segurança.

Um jornal de Ituporanga, na última semana, o *Resenha Regional*, publicou a seguinte nota em destaque na primeira página: "As ações preventivas e sérias do comando da Polícia Civil e da Polícia Militar de Ituporanga evitaram o que poderia ter sido um ato criminoso contra a nossa gente. Parabéns à Polícia Civil e Militar de Ituporanga." Ou seja, graças a uma ação integrada e conjunta das Polícias Civil e Militar evitou-se um grande seqüestro lá na cidade.

Diversos marginais estavam na cidade prontos para seqüestrar empresários daquela cidade. E, preventivamente, foram presos pela polícia antes de qualquer ato. E o importante é que isso só está

acontecendo pela integração entre as Polícias Civil e Militar. Lá existe comunicação entre as Polícias Civil e Militar.

O ideal seria termos muito mais policiais, mas, sem dúvida, com a deficiência que temos, há necessidade, sim, de que eles se comuniquem. E lá, em Ituporanga, existe essa comunicação entre as Polícias Civil e Militar, que trabalham juntas, à paisana, numa viatura descaracterizada, fazendo trabalho de levantamentos, investigações, elucidação de casos com a maior rapidez possível, como esse que foi citado.

Na verdade, as operações são realizadas em conjunto. Participam o comando da Polícia Civil e o comando da Polícia Militar. O delegado Edson e o comandante capitão Toneti evitam que haja divergências entre as diferentes polícias. Portanto, é possível, sim, trabalharmos juntos, sem a preocupação de quem manda.

Por isso, quero parabenizar essa integração existente lá, em Ituporanga, entre as Polícias Civil e Militar, porque gostaríamos que esse mesmo clima de harmonia, que faz com que o trabalho aconteça mesmo com a deficiência de pessoal e de veículos, acontecesse em todo o estado de Santa Catarina.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência, conforme requerimento apresentado e com a aquiescência dos srs. líderes, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, e convida todos os srs. parlamentares a participarem da atividade proposta no requerimento, no plenarinho desta Assembléia.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 025-DL, de 2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 09-DL, de 14 de fevereiro de 2007, modificado pelo Ato da Presidência nº 017-DL, de 14 de março de 2007.

Substitui o Deputado Cesar Souza Júnior, na Comissão de Constituição e Justiça, pelo Deputado Gelson Merísio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Romildo Titon
Deputado João Henrique Blasi
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Pedro Uczai
Deputado Darci de Matos
Deputado Gelson Merísio
Deputado Marcos Vieira
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Manoel Mota
Deputado Renato Hinnig
Deputado Jandir Bellini
Deputado Sílvio Dreveck
Deputado Décio Góes
Deputado Gelson Merísio
Deputado José Natal Pereira
Deputado Jorginho Mello
Deputada Odete de Jesus

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Edson Piriquito
Deputado Herneus de Nadal
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Romildo Titon
Deputado Reno Caramori
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Gelson Merísio
Deputado Marcos Vieira
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputada Ada de Luca
Deputado Genésio Goulart
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Pedro Uczai
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Serafim Venzon
Deputada Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Manoel Mota
Deputado Renato Hinnig
Deputado Reno Caramori
Deputado Décio Góes

Deputado Onofre Santo Agostini
Deputado Serafim Venzon
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputada Ada de Luca
Deputado Manoel Mota
Deputado Sílvio Dreveck
Deputado Pedro Uczai
Deputado Darci de Matos
Deputado Jorginho Mello
Deputado Sérgio Grandó

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Edson Piriquito
Deputado Genésio Goulart
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Jailson Lima
Deputado Gelson Merísio
Deputado Serafim Venzon
Deputada Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado João Henrique Blasi
Deputado Renato Hinnig
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Onofre Santo Agostini
Deputado José Natal Pereira
Deputado Sérgio Grandó

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputada Ada de Luca
Deputado Renato Hinnig
Deputado Sílvio Dreveck
Deputado Pedro Uczai

Deputado Elizeu Mattos
Deputado Marcos Vieira
Deputado Sérgio Grandó

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputada Ada de Luca
Deputado Moacir Solpelsa
Deputado Jandir Bellini
Deputado Jailson Lima
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Edson Piriquito
Deputado Renato Hinnig
Deputado Reno Caramori
Deputado Décio Góes
Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado José Natal Pereira
Deputado Sérgio Grandó

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado Herneus de Nadal
Deputado Genésio Goulart
Deputado Jandir Bellini
Deputado Jailson Lima
Deputado Darci de Matos
Deputado Jorginho Mello
Deputada Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de setembro de 2007

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SEXTA LEGISLATURA

As treze horas e dois minutos do dia doze de setembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a comissão acima epigrafada, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Deputado Décio Góes com a presença dos Senhores Deputados Darci de Matos, substituindo o Deputado César Souza Júnior, Edson Piriquito, José Natal, Renato Hinnig e Professor Grandó. (O Senhor Presidente, Deputado Décio Góes) - "Boa tarde, havendo quorum regimental, vamos dar início a reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, já vamos direto para a pauta. O primeiro assunto é a pauta da reunião anterior, ela foi distribuída aos gabinetes, há alguém que queira discuti-la? Esta aprovada a ATA da reunião anterior. No ponto dois temos um projeto PL.0067.9/2007, em que o Deputado Edson Piriquito é relator, o Projeto dispõe sobre a obrigatoriedade da compensação das emissões de gases de efeito estufa pelos promotores de eventos realizados em praças e parques públicos, a saberem shows, práticas desportivas, concertos, exposições e eventos do gênero, envolvendo circulação de pessoas possibilitando a neutralização da emissão de dióxido de carbono. O autor do projeto é o Deputado Professor Grandó. O parecer do relatório é pela aprovação. Em discussão, não havendo quem a queira fazer, colocou em votação. Os que aprovam permaneçam como se encontram, aprovado por unanimidade o PL.0067.9/2007. O terceiro ponto seriam os requerimentos de Audiência Pública. Temos um requerimento de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Política Rural, requerido pelo Deputado Herneus de Nadal, para tratar da aplicação da legislação ambiental nas pequenas propriedades, consoante a questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável, a ser realizada na cidade de Chapecó, o requerimento já foi aprovado na Comissão de Agricultura e a Audiência ficou marcada para o dia dezessete de setembro, às nove horas, no auditório da EPAGRI. Aprovada a realização da Audiência Pública. A outra é sobre a implementação de Rota Turística para a Serra Dona Francisca em São Bento do Sul, proposta pelo Deputado Darci de Matos. Aprovado o requerimento". (O Senhor Deputado Darci de Matos) - "Obrigado Senhor Presidente, entraremos em contato com a assessoria desta Comissão para que está Audiência Pública seja

o mais representativa possível, pois o assunto é muito importante no campo turístico para aquela Cidade". (O Senhor Deputado Renato Hinnig) - "Senhor Presidente, na realização da Audiência Pública a ser realizada na Cidade de Chapecó, estaremos também colocando na pauta os Campos de Altitude, pois se não tomarmos cuidado o Estado de Santa Catarina se tornará inviável". (O Senhor Presidente, Deputado Décio Góes) - "Acredito que esta discussão é pertinente, entendo que após esta reunião, esta conversa deverá ser enviada ao CONAMA. Durante este mês a comissão já participou em Araranguá junto com a FECAM, sobre o turismo catarinense, foi muito importante. Foi a oportunidade dos municípios se conscientizarem de suas potencialidades. Também fomos parceiros na Cidade de Araranguá, sobre a discussão de seus planos diretores em meio ambiente. No nosso quarto ponto de pauta, o Deputado Edson Piriquito solicitou a prorrogação de prazo para mais sessenta dias para o funcionamento da subcomissão do Parque Cyro Gevaerd, da Cidade de Balneário Camboriú. Em discussão, não havendo quem queira discuti-lo, colocamos em votação, aprovado por unanimidade. Quinto ponto de pauta, a indicação da suplência para compor a comissão organizadora do III Conferência Estadual do Meio Ambiente, já que o titular é o Deputado Antônio Aguiar. Ficou definido o nome do Deputado Décio Góes. Em nosso sexto ponto de pauta, temos informes. Hoje às dezoito horas, teríamos uma reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Política Rural, para a apresentação pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável do Plano Estadual dos Recursos Hídricos, esta reunião foi adiada por motivo de viagem do Senhor Secretário. Pediria uma atenção especial, para a próxima convocação, para que déssemos o quorum para a realização desta reunião. Minha pauta esta esgotada. Somente para finalizar, estou adotando um novo sistema da mensagem por telefone, pedi ao Newton para fazer um grupo dos senhores Deputados para a convocação de nossas reuniões por mensagem telefônica, a idéia é fazermos as nossas reuniões de quinze em quinze dias, tentamos fazer as dezoito horas mas o comparecimento foi pior ainda, então voltamos para nosso horário regimental. Muito obrigado". Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, na qual eu, chefe da secretaria da comissão digitei a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, Sala de reunião das comissões em doze de setembro de dois mil e sete.

Deputado Décio Góes

Presidente da CTMA

*** X X X ***

AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA PARA DISCUTIR A ISENÇÃO DE ICMS DO ÓLEO DIESEL PARA
AS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE TRANSPORTES URBANOS,
REALIZADA NO DIA 3 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 19H, NO
AUDITÓRIO ANTONIETA DE BARROS, NESTA CASA**

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Na condição de vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, damos início à audiência pública que trata sobre a isenção de ICMS do óleo diesel para as empresas concessionárias de transportes urbanos.

O presidente da Comissão, deputado Romildo Titon, tendo em vista compromissos anteriormente assumidos, solicitou a este deputado que presidisse esta audiência pública.

Convido para fazer parte da mesa o deputado Darci de Matos, proponente desta audiência pública; os senhores deputados estaduais Antônio Aguiar, José Natal, Professor Grandó, Gelson Merísio e Cesar Souza Júnior; o deputado federal Edinho Bez; o prefeito de São José, Fernando Elias, neste ato representando os demais prefeitos aqui presentes; o vereador Zulmar Valverde da Silva, de Joinville, representando os demais vereadores aqui presentes; o senhor Carlos Alberto Melin, representando a Secretaria de Estado da Fazenda; o senhor Norberto Stroisch Filho, ex-deputado e atual secretário municipal dos Transportes e Terminais de Florianópolis; o senhor Waldir Gomes da Silva, presidente do Sindicato dos Transportes Urbanos de Passageiros da Grande Florianópolis; e o senhor Luiz Carlos Tamanini, presidente do Deter.

Senhores e senhoras, muito boa-tarde! Eu vou fazer a leitura do projeto de lei que está em tramitação nesta Casa e é objeto da presente audiência pública. *(Passa a ler)*

"Projeto de Lei nº 0204.0/2007

Dispõe sobre a isenção do ICMS na aquisição de óleo diesel pelas empresas concessionárias do transporte urbano.

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, na aquisição de óleo diesel, as empresas concessionárias do transporte urbano;

Art. 2º A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo;

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(a) deputado Darci de Matos

Justificativa

O presente projeto de lei tem como objetivo isentar do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, na aquisição de óleo diesel, as empresas concessionárias do transporte urbano.

As empresas concessionárias do transporte urbano atualmente enfrentam elevados custos operacionais, especialmente os relativos à aquisição de óleo diesel para o abastecimento de suas frotas, tornando quase que impraticável a continuidade dos serviços oferecidos à população por aquelas empresas.

Dessa forma, entendo que, se aprovado o referido projeto de lei, as empresas poderão repassar os benefícios da isenção aos usuários dos transportes urbanos, na forma de redução das passagens." *(Cópia fiel.)*

Convido o presidente do Deter, senhor Luiz Carlos Tamanini, para fazer parte da mesa.

Senhoras e senhores, iremos adotar como sistemática para esta audiência pública o seguinte roteiro: inicialmente, fará uso da palavra o deputado proponente; depois, falarão os deputados membros da mesa; em seguida, o senhor Moacir Bogo fará uma rápida apresentação; depois, abriremos as inscrições, em número limitado, para o público também se manifestar.

Sendo assim, passo a palavra ao deputado proponente, Darci de Matos, que tem até cinco minutos para fazer a sua manifestação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Presidente, por uma questão de ordem: não me parece justo que o deputado Darci, proponente do projeto, tenha o mesmo tempo que os outros deputados. Gostaria que V.Exa. franqueasse a ele o tempo necessário para a sua explanação.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Merísio.

Saúdo a todos com muita alegria. Saúdo o vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Marcos Vieira, que preside esta audiência pública; estendendo meus cumprimentos ao deputado Cesar Souza Júnior, relator do projeto, e aos demais deputados que compõem esta seleta mesa.

Faço uma saudação especial aos prefeitos presentes, na pessoa do prefeito Elias, de São José; aos vereadores, na pessoa do vereador Zulmar Valverde, vice-presidente da Câmara Municipal de Joinville; ao senhor Waldir Gomes da Silva, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis (Setuf); à imprensa; às demais autoridades; às senhoras e aos senhores; aos telespectadores que nos acompanham pela TVAL.

Senhor presidente, devo certificar a todos que, em conjunto com os representantes dos empresários do transporte urbano de Santa Catarina e depois de ter interagido com os representantes dos usuários de Joinville e de Santa Catarina, tomei a decisão de elaborar esse projeto de lei, que, no meu entendimento, é um projeto de fundamental importância.

O projeto prevê a retirada total da incidência do ICMS na aquisição do óleo diesel especificamente para o transporte urbano do nosso Estado, e isso é fundamental. Nós não estamos criando aqui nada de novo, estamos copiando o que existe na Bahia e no Amazonas, e, no nosso entendimento, não há outro caminho para termos uma tarifa acessível (principalmente para trabalhadores, donas de casa, pedreiros, estudantes, enfim para aqueles que utilizam os meios de transporte e mais precisam dele) a não ser tomar uma ação corajosa, pragmática e urgente no que diz respeito à desoneração da tarifa, seja aqui no Estado, que é o que prevê o meu projeto, seja em nível federal. Nesse particular, contamos com a presença aqui na mesa do deputado federal Edinho Bez, que representa a Câmara dos Deputados e ajudou na mobilização desta audiência pública. Certamente ele está envolvido nessa tarefa de fazer com que o governo federal se sensibilize e atue no sentido de reduzir a carga tributária para as empresas de transporte coletivo, a exemplo do que faz no caso dos carros populares.

Vamos assistir à exposição técnica do representante dos empresários, e também poderíamos dizer, senhor presidente, que essa atitude do governo do Estado, na qual, tenho certeza, a Fazenda está presente e haverá de se sensibilizar, não é um fato novo. Muitos segmentos da economia catarinense gozam de isenções fiscais, e podemos dar dois exemplos: quando tomamos um bom vinho catarinense, não é, Moacir, ou quando (raramente, ou quase nunca) comemos uma lagosta. Essa refeição está sendo feita com isenção de ICMS, então, por que o transporte coletivo não pode ter isenção de ICMS também?

Essa ação do governo é uma ação popular, é uma ação que tem apelo, que vai ao encontro dos anseios das pessoas mais carentes do Estado de Santa Catarina. Os dados demonstram que essa redução fiscal fica em valores que não comprometem a receita do Estado. O total de renúncia fiscal por ano gira em torno de R\$ 13 milhões, porque são adquiridos 4,7 milhões de litros de óleo diesel por mês, mas essa pequena redução de R\$ 13 milhões vai empatar em 5 centavos por passagem, num montante de aproximadamente 2,5%.

Isso é fundamental. Ou nós tomamos uma atitude ou teremos que conviver, senhor presidente, com episódios como aquele que aconteceu em Criciúma e em Florianópolis: a cada momento em que há aumento de tarifa, a sociedade se revolta, e vemos incêndios nos ônibus, paralisações, confrontos da sociedade com a polícia e assim por diante.

Isso nós não queremos; essa atitude, essa realidade, nós não desejamos, por isso estamos aqui procurando o caminho do debate, da discussão, juntamente com a classe política, com o Executivo, sobretudo com a sociedade civil organizada.

Concluo as minhas palavras, presidente, deixando uma proposta: que possamos, ao finalizar esta audiência pública, que haverá de ser proveitosa para a Assembleia e para Santa Catarina, constituir uma comissão e agendarmos uma audiência com o governador Luiz Henrique da Silveira, que é um governo pragmático, inteligente, corajoso e sensível, com o intuito de sensibilizá-lo para que esse projeto seja aprovado na Assembleia e sancionado pelo Executivo.

Muito obrigado, e que tenhamos uma boa audiência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Quero registrar a presença do vereador Agostinho Pauli, da cidade de São José; dos vereadores Isnardo Luiz Brant, Ademir Farias, Maurício Roque da Silva e João Carlos Amandio, de Palhoça; dos vereadores João Rogério Farias (o João do Ovo) e Neri Amaral, de São José.

Convido o deputado Sargento Soares para fazer parte da mesa. *(Palmas.)*

Com a palavra o senhor deputado Gelson Merísio, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Cumprimento o presidente da mesa e vice-presidente da Comissão de Justiça, deputado Marcos Vieira; os demais deputados; o deputado federal Edinho Bez; os representantes da Secretaria da Fazenda e de outros órgãos do governo do Estado; os empresários do transporte coletivo e os representantes de entidades.

Esse projeto proposto pelo deputado Darci de Matos tem que ser visto sob duas óticas, na minha concepção. Desde o princípio, sabedor era o deputado Darci de Matos e todos nós da mesa que a origem do projeto teria que ser do Poder Executivo. Isso é um fato legal, constitucional, do qual não estamos discordando nem desconhecíamos; agora, o debate, que a partir do projeto passou a ser proposto, parece-me de grande magnitude. Acompanho desde o início o posicionamento do deputado Darci, e tenho certeza que terá maioria ou unanimidade dos que aqui estão.

O projeto em si vai nos levar a um debate um pouco maior: vamos priorizar o transporte coletivo ou o transporte individual? O que está em jogo não é apenas a concessão de um incentivo fiscal a mais, e não deve ser essa a nossa concepção no documento final desta audiência pública nem na relação com o governo, parece-me que é um pouco mais do que isso, até porque temos incentivos fiscais para a maioria das atividades. Esse é diferenciado. A partir do momento que o governo assim entender e encontrar as formas para concedê-lo, ele vai também dar uma sinalização clara à nossa sociedade, ao aparato do governo, de que vamos começar a dar preferência e o enfoque necessário para o transporte coletivo, até porque temos um estrangulamento das cidades, e Florianópolis, é um caso típico, assim como Criciúma, Chapecó, Lages, Joinville.

Todas as cidades com porte maior já tem um trânsito caótico e, por isso, uma necessidade brutal de investimentos em elevados, em duplicações de vias, porque temos um transporte coletivo que ainda não é prioridade por parte dos governos.

Então, faço essa colocação apenas como indicativo, para poder ser avaliada ao longo da audiência pública, e coloco-me à disposição para poder ajudar na interlocução com o governo, até porque é do Executivo que deverá vir a proposta definitiva caso o debate levantado sobre o projeto proposto pelo deputado Darci surta efeito, e já surtiu aqui, haja vista o grande número de pessoas, de representantes de empresas e de entidades de todo o Estado.

Esse debate deverá desaguar em um projeto do Executivo criando essa nova isenção ou incentivo fiscal ao setor do transporte coletivo, dando um indicativo para a sociedade que a partir de agora vai ser priorizado o que de fato deva ser, sendo o transporte coletivo o objeto principal de investimento do Estado no que diz respeito ao transporte de pessoas, não o individual.

Eram essas as minhas considerações, e, ao longo da audiência, volto a manifestar-me.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Gostaria de registrar a presença das seguintes lideranças comunitárias: senhor Cássio Martins; senhora Jaqueline Hülse de Souza; senhor Luiz Bernardo; senhora Sônia Caetano da Luz; senhor Luiz dos Santos; senhor Ailton Zulmar Kamers; senhor Walmor Antônio Francisco; senhor Gerson Luiz Guimarães Rieger; senhora Maria Bernadete Salazar; senhor Nicanor de Oliveira; senhor Antônio Vieira; senhor Selmo Izidoro de Andrade.

Passamos agora a palavra, por cinco minutos, para o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Meus cumprimentos ao deputado Marcos Vieira, presidente dos trabalhos desta audiência pública; ao autor do projeto, deputado Darci de Matos, com o qual temos nos encontrado em algumas audiências para discutir assuntos que realmente vão trazer benefícios para a sociedade, como a questão da prorrogação da CPMF. Eu fui autor de uma proposição contra a prorrogação dela, e acho que a maioria dos empresários que estão aqui são sabedores disso.

Também quero cumprimentar o deputado federal Edinho Bez; o prefeito Fernando Melquiades Elias; os demais prefeitos; o deputado-autor do projeto e os demais deputados presentes; o secretário de Transportes de São José, senhor Adilson de Souza; os demais secretários municipais; o nosso amigo Nicanor, lá da Vila Formosa, um lutador, líder comunitário; os demais líderes comunitários que se encontram aqui nesta tarde; o Gildo Formento e os demais representantes do transporte coletivo da região da Grande Florianópolis.

Esse é um problema grave, e não é de agora. Com certeza absoluta, em todos os momentos que acontece algo inerente ao transporte coletivo, a parte mais penalizada é a população, depois é que vem repercutir nos governos, tanto estadual e municipal como federal. Mas, primeiro, em qualquer situação, é a população que é pega de surpresa.

Eu conheço, e a maioria dos deputados também conhece, a intenção dos proprietários e dos representantes do transporte coletivo em ter uma solução para esse caso, só que a solução desse problema está na mão do governo, tanto em nível estadual como federal.

Então, deputado Darci de Matos, coloco-me à sua disposição e à disposição da sociedade de Santa Catarina para que, de uma forma muito rápida, tenhamos uma solução para esse problema, a fim de deixarmos as pessoas num estágio de estabilidade no tocante ao transporte coletivo em todo o Estado, problema este que repercute grandemente aqui na Grande Florianópolis, que está mais perto da imprensa, da mídia.

Queremos realmente uma solução, e o governador Luiz Henrique da Silveira, juntamente com o vice-governador Leonel Pavan, que têm a preocupação de fazer um governo para toda Santa Catarina, com certeza vai acatar a sua proposta, nobre deputado Darci de Matos, com o aval dos demais deputados desta Casa (porque é necessário passar por aqui qualquer situação), para darmos uma solução para esse caso.

Coloco-me à disposição de todos. E antecipo que às 15h30min vou ter que me ausentar porque marquei anteriormente um compromisso com o presidente do meu partido em Santo Amaro no meu gabinete. Depois eu retorno.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Queremos registrar a presença dos seguintes empresários ou representantes de empresas de transporte: senhor Avelino Waldemiro Nienkotter; senhor David Mário Tiscoski; senhor Jair João Cantalício; senhor Luiz Fenilli; senhor Gildo Formento; senhor Pedro Walimir Gabriel; senhor Osvaldo Roberto da Silva; senhor Jair Rubens da Silva; senhor Adilson de Souza; senhora Florisvalda Dario; senhor Edevar José Savi; senhor Josemar Tagliapietra.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Cumprimento o senhor presidente; o deputado Darci de Matos, autor do projeto; os demais deputados aqui presentes; o prefeito de São José, Fernando Elias; os demais prefeitos; os vereadores Maurício e Ademir Farias, de Palhoça; os demais vereadores aqui presentes; os representantes de associações de moradores; os representantes de empresas de transporte coletivo; as senhoras e os senhores; os usuários do transporte coletivo. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Eu quero, inicialmente, ressaltar a iniciativa corajosa do deputado Darci de Matos, que tem sempre se pautado por uma atuação muito forte na Assembleia Legislativa pela sua querida cidade, Joinville, em relação a introduzir no debate público um tema tão importante.

A partir desse tipo de debate que estamos tendo aqui, tão proveitoso e tão bem representado, cumpre estabelecer a seguinte distinção: hoje, a passagem do transporte coletivo para o usuário é cara demais. Esse é um fato concreto. De outro lado, o preço da passagem cobrado hoje também vem inviabilizando muitas empresas de poder ter uma atuação mais forte na renovação das suas frotas, de oferecer melhor qualidade. Ou seja, alguma coisa está errada. Se quem paga paga caro demais, e se as empresas vêm perdendo sua competitividade e sua capacidade de investir para ter um transporte de melhor qualidade, nós estamos diante de um dilema. Mas não há dilema nessa questão. Os dados que eu tenho aqui da ANTP nos trazem que, entre tributos federais, tributos e taxas municipais, encargos sociais, ICM sobre o óleo, ICM sobre os veículos, Cide, PIS, Cofins sobre o óleo diesel, além das isenções para idosos, estudantes e outras, nós temos aí 40% do preço da passagem em tributos, em encargos impostos pelo governo.

Agora, se nós sabemos que no mundo civilizado inteiro o governo subsidia o transporte coletivo, é justo que o Poder Público utilize o direito de ir e vir do trabalhador como maneira de fazer extração fiscal? É o que acontece hoje. O transporte coletivo não é um luxo, não é uma opção, é uma necessidade que as pessoas mais humildes têm de transitar livremente e de ganhar o seu pão de cada dia.

E aí está outro erro: o transporte coletivo não tem que ser apenas o destino daqueles que não têm condições de adquirir um veículo, ele tem que ser a opção do cidadão livre por um transporte ágil, rápido, fácil e, já que estamos num tempo de comoção ambiental, menos poluente, porque quantos automóveis é preciso para carregar o número de pessoas que um ônibus carrega? E o impacto ambiental é muito maior.

Então, gostaria apenas de dizer aqui que essa é uma iniciativa muito importante, deputado Darci, posto que introduz no debate essa questão fundamental para que, a partir de Santa Catarina, nós consigamos dar o tom. Temos que fazer com que o debate se amplie, até porque só vai acontecer uma diminuição substancial na tarifa do transporte coletivo se houver uma ação muito forte, com a participação dos Estados, dos municípios, mas liderada pelo governo federal. Essa é a questão central.

Santa Catarina e esta Assembléia podem, sim, dar o primeiro passo, iniciar uma inflexão e mostrar para o cidadão de bem, para o catador de papelão quando pega o ônibus, que ele está pagando 40% da passagem para o governo.

Fala-se muito em políticas sociais, fala-se muito em políticas de auxílio aos mais pobres; agora, a maior política social que se pode fazer neste país é tornar o transporte coletivo mais acessível às pessoas, é retornar às empresas a capacidade de investir e garantir uma condição digna para o transporte coletivo.

Então, deputado Darci, eu o cumprimento pela iniciativa. Creio que precisamos dizer à sociedade que o problema no transporte é a fúria arrecadatória do governo em todos os seus níveis. E se nós aqui, através da Assembléia e em Santa Catarina, conseguirmos ganhar a primeira batalha, será certamente o primeiro momento para que a gente tenha uma inflexão e faça do transporte coletivo aquilo que tem que ser: acesso fácil ao usuário, barato para quem o utiliza, socialmente responsável e economicamente sustentável. É isso que temos que buscar, e creio que com esta audiência, tão bem prestigiada, avançaremos nessa direção.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Registramos a presença dos seguintes líderes comunitários: senhor Silvío Barbosa dos Santos; senhor João José Correia; senhor Rodrigo Gonçalves; senhor Gerson Bueno; senhor Antônio Juvenil Cavalo; senhor João Santos de Castilhos; senhor Jairo José de Almeida; senhor Manoel Abreu; senhor Gelson Augusto Resende; senhor Cleber Amásio; senhor Marco Antônio Carvalho; senhor Valdir de Andrade; senhora Maria das Neves Machado dos Santos; senhora Rita de Cássia Andrade; senhora Olga Schimidt Thomas; senhor Rafael Augusto Fattori; senhor Jair Batista Ramos; senhor Adair dos Santos; a senhora Teresinha Mattos.

Com a palavra o deputado Aguiar, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de saudar o presidente Marcos Vieira; o eminente deputado Darci de Matos, pela excelente idéia de propor esta audiência pública sobre um dos grandes anseios da população; os demais deputados estaduais; o deputado federal Edinho Bez, nosso representante na Câmara Federal, a quem agradecemos a presença e o seu empenho por Santa Catarina; os líderes sindicais; as associações de moradores e todos vocês que aqui se encontram na esperança de termos esse benefício do governo, tão bem descrito aqui pelo eminente deputado Cesar Souza Júnior.

Bem ressaltou o proponente, deputado Darci de Matos, que no final de um ano o gasto gira em torno de R\$ 13 milhões, e o governo estadual vai fazer com que a grande beneficiária desse dinheiro seja a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Registramos a presença do senhor Adelar José Dias, vice-presidente do Conseg, setor 10, em Serraria/São José; do senhor Daniel Nascimento, vice-presidente do Conseg, setor 9, em Barreiros; do senhor Antônio Manoel João, chefe da Ouvidoria da Prefeitura de São José; da senhora Denise Nienkotter, representando a empresa de transporte coletivo Paulotur.

Com a palavra o deputado professor Sérgio Grando, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Boa-tarde a todos, muita saúde e felicidade.

Nós vivemos uma realidade perversa, má, quando o cidadão procura emprego e o patrão pergunta onde ele mora, para que não encareça muito o vale-transporte. Vejam como construímos um mecanismo para beneficiar o trabalhador que, com o tempo, se tornou prejudicial. Então, por isso e pela sobrecarga de impostos sobre a passagem do usuário, somos favoráveis a este projeto de lei da redução do ICMS. Mais do que isso: fizemos uma emenda que visa, objetivamente, ajudar aqueles que todos esquecem: os barcos de transporte, o sistema aquaviário - está aqui o responsável pelo transporte na Capital.

Como prefeito, acompanhamos todos os movimentos e negociações. Na questão da Costa da Lagoa até a Lagoa da Conceição e da Costa da Lagoa até o Parque do Rio Vermelho, por exemplo, o usuário paga R\$ 2,00 para vir e R\$ 2,00 para voltar, são R\$ 4,00; do terminal da Lagoa ou do Rio Vermelho, paga mais R\$ 2,00 para ir e R\$ 2,00 para vir, são R\$ 8,00 por dia.

Até agora esse sistema de cooperativa de transporte de barco não tinha sido inserido no sistema de transporte de ônibus da nossa cidade, mas será, tenho certeza. São apenas quatrocentos usuários! Pode-se até dizer que foi um esquecimento, mas é uma reivindicação importante para valorizar o sistema aquaviário de transporte, porque, no futuro, tanto na região de Joinville como em outras regiões, haverá esse transporte.

Quero dizer que está isento do ICMS o pescador, através da colônia de pesca, mas não o dono do barco, da cooperativa de transporte de usuário que temos em Santa Catarina.

Então, nada mais justo do que aproveitar esse projeto e inserir essa isenção do ICMS para quem faz transporte marítimo. Isso significa que um está ajudando o outro nessa realidade em que estamos vivendo. Portanto, um irá apoiar o projeto do outro, por isso a necessidade dessa emenda, para que todos possam se ajudar.

Era isso que eu queria colocar. Vamos participar e discutir até o final da reunião.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Com a palavra o deputado Sargento Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Boa-tarde a todos e a todas.

Queria cumprimentar o presidente desta audiência pública, deputado Marcos Vieira; o deputado proponente da audiência e do projeto, deputado Darci de Matos; os demais colegas deputados estaduais; o deputado federal Edinho Bez, representando a Câmara dos Deputados; o prefeito Fernando Elias, de São José; os demais prefeitos; os vereadores da nossa cidade e das outras cidades, inclusive da cidade de Joinville; as lideranças sindicais; os dirigentes sindicais do sistema de transporte; e as lideranças comunitárias das nossas cidades.

Eu já vinha debatendo essa questão mesmo antes de ser deputado, como líder do Movimento dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, da Associação de Praças, como cidadão do Estado de Santa Catarina e morador da Grande Florianópolis nos últimos vinte anos.

Temos discutido bastante aqui na Assembléia Legislativa esse tema, principalmente porque tem se tornado um assunto de grande preocupação, de manifestações populares e, lamentavelmente, de confronto entre a comunidade, os movimentos sociais, principalmente estudantil, e as forças policiais, cumprindo determinações dos poderes constituídos.

O transporte coletivo é muito caro nas cidades da grande Florianópolis, assim como também nas outras cidades de Santa Catarina, nas cidades grandes como Joinville. Inclusive, está mais caro que o transporte individual. Duas pessoas de uma mesma família, para se deslocarem de um ponto da cidade a outro, pagam mais indo de ônibus do que se usarem o carro particular.

Afirmo isso, principalmente, em relação à Grande Florianópolis, e podemos fazer esse cálculo para qualquer bairro, para qualquer cidade da Grande Florianópolis. Se duas pessoas de uma mesma família tiverem que usar transporte coletivo para sair de um determinado local e ir para outro e retornarem no final do dia, pagam mais do que pagariam para abastecer o carro particular.

Então, está completamente invertida a relação, estamos apostando em privilegiar o transporte individual; a organização do transporte da forma como está, está apostando, e cada vez mais carros particulares circulam nas nossas cidades.

E se isso é ruim para o usuário do transporte coletivo (e olhem como é ruim!), é ruim para a sociedade em seu conjunto, inclusive para as pessoas individualmente, porque o meio ambiente é mais prejudicado quando há uma maior circulação de veículos, a emissão de gases é maior. E as pessoas que precisam usar carro particular ficam, assim como quem está dentro dos ônibus, engarrafadas em filas que não têm mais fim.

Na última sexta-feira, gastei duas horas e trinta minutos para vir de automóvel da minha casa, na cidade de São José, no bairro Serraria, do Araucária/Zanelatto, até a Assembléia Legislativa porque choveu e formou uma lagoinha no contorno da ponte. Então, gasta-se mais de uma hora em dias normais, isso se sair antes da sete da manhã ou depois das nove. Se cair uma chuva de 24 horas, havendo alagamento, torna-se impraticável, e para voltar é a mesma coisa. Para quem vem da Palhoça para o Centro todo dia de manhã e para quem vai do Centro para a Palhoça todo dia no final da tarde tem fila na BR-101, e é duplicada!

Então, é preciso pensar o sistema de transporte, o seu conjunto; apostar em garantir, em privilegiar o transporte coletivo. E como se faz para resolver isso? Barateando o custo do transporte coletivo. É o primeiro ponto. Mas nós, da Grande Florianópolis (permitam-me as pessoas das outras regiões do Estado), que vivemos na Ilha ou temos que vir para cá pelo menos uma vez por semana, senão todo dia, é um absurdo que o transporte seja só rodoviário. É preciso que a Região Metropolitana da Grande Florianópolis, que inclui todos os municípios, pense num sistema de transporte alternativo, e, provavelmente, quase certo, o mais barato e o mais óbvio é o transporte marítimo. Com certeza, torna-se muito mais barato.

Para concluir, senhor presidente, quero dizer que apóio a iniciativa do deputado Darci de Matos e me coloco à disposição para defender essa demanda, mas quero observar que temos que nos preocupar com essa questão e acompanhá-la, porque essa mobilização, essa medida, essa política pode, eventualmente, correr o risco de ser apenas mais uma forma de lucratividade das empresas de transporte coletivo.

Então, apoiamos na perspectiva, no sentido de que seja barateado o transporte coletivo. Agora, transporte coletivo é concessão pública que precisa do acompanhamento do público. Essa é a preocupação que queremos deixar para todos os usuários do transporte coletivo, em nome dos trabalhadores do sistema, em nome dos trabalhadores em geral, que dependem do transporte coletivo, em nome das donas de casa, dos moradores dos bairros (que bom que tantas lideranças comunitárias estejam aqui) e em nome dos estudantes.

Nós precisamos trabalhar no sentido de garantir que o transporte coletivo, sendo concessão pública, tenha o controle público da sociedade. Eu, particularmente, penso e considero que é necessário que se torne público o que efetivamente é público. É preciso que o transporte, assim como a educação, a saúde e a segurança, seja serviço público prestado pelo Poder Público para que possa cumprir bem o seu papel de atender os interesses da coletividade, os interesses da sociedade.

Era essa a minha manifestação de apoio ao projeto, mas com a preocupação de que essa medida não seja tão-somente voltada para atender os interesses de lucratividade das empresas que operam e que são concessionárias do transporte coletivo, repito, que é uma concessão pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Quero registrar a presença do senhor Josué da Silva Matos, secretário de Indústria, Comércio e Turismo da cidade de Palhoça, neste ato representando o senhor prefeito daquela cidade; bem como do líder comunitário Roberto Passos.

Senhoras e senhores, vamos agora passar à apresentação do senhor Moacir Bogo, representante das entidades de transporte urbano do Estado de Santa Catarina. (*Palmas.*)

O SR. MOACIR BOGO - Em nome dos sindicatos Setpesc, Setuf e Sintroest e das empresas operadoras do interior do Estado, apresento uma respeitosa saudação ao presidente da mesa, deputado Marcos Vieira; uma saudação e os parabéns ao deputado Darci de Matos, pela iniciativa do projeto; e uma saudação aos demais deputados estaduais, ao deputado federal Edinho Bez, a todos os membros da mesa, às demais autoridades, e aos representantes de comunidades.

Quero dizer que é uma oportunidade realmente impar essa que está acontecendo, que estamos vivenciando, até porque, pela participação, pode-se deduzir que de fato o assunto é de extrema importância.

Devo dizer também que estou muito impressionado com a clareza com que os senhores deputados abordaram o tema transporte coletivo. Isso é um alento para quem há trinta anos, como eu e tantos outros, lutou, trabalhou nesse segmento que, via de regra, tem sido usado de forma pouco responsável, principalmente na concessão de benefícios e outros meios que fazem com que a tarifa seja muito cara, como foi dito aqui e por nós também reconhecida. O transporte coletivo tem sido um eterno cumprimentar com o chapéu dos outros, e aí o cidadão que usa o ônibus é que acaba pagando mais caro.

(*Procede-se à apresentação de imagens.*)

O Brasil tem sessenta milhões de passageiros diários no sistema transportado por ônibus; são quase cem mil ônibus e 550 mil empregos diretos. Com exceção de algumas cidades como Curitiba, São Paulo e Goiânia, que dão algum tipo de subsídio, todos os demais sistemas, via de regra, são sustentados exclusivamente pelos usuários. Só eles que pagam o sistema.

No Brasil, cerca de trinta e três milhões de usuários, só das grandes regiões metropolitanas, não conseguem pagar a passagem porque ela é muito cara. Com isso, eles não têm acesso ao sistema de saúde e ao sistema de educação. E pior do que isso: eles não têm condições de sair à cata de um trabalho porque não conseguem pagar o transporte coletivo.

Nos países desenvolvidos, como já foi dito aqui, existem subvenções, subsídios. Na Europa, em geral, como normalmente acontece, para cada custo da passagem, digamos que custe três euros, o Estado paga dois euros, o usuário paga somente um. E quando a operação é feita por iniciativa privada, o Estado ainda participa nos investimentos, para que com isso possa manter uma tarifa justa e acessível para os seus cidadãos.

Na Colômbia existe hoje o maior case de sucesso do transporte coletivo por ônibus, porque lá houve uma preocupação muito forte no sentido de humanizar as cidades, dando prioridade ao transporte coletivo, criando calçadas imensas e ciclovias para que os cidadãos não dependam do transporte. Lá, aquilo que aqui chamamos de Cide, tem 20% de tributação que fica no próprio município. Assim, o município pode fazer a contrapartida quando há investimentos vindos do dinheiro da União ou de empréstimos do exterior.

As principais causas do encarecimento da tarifa começaram na década de 1980, quando foi estabelecida, na melhor das intenções, mas com efeitos nefastos, a criação da chamada tarifa social. Só que ela foi socializada somente entre os usuários, não entre a sociedade. Daí houve um uso desordenado da ocupação do solo. Hoje, existem bolsões distantes do centro onde não há renovação de passageiros e com isso a passagem acabou se tornando mais cara para todos.

Com relação à concessão, como falei, de descontos e gratuidades, vamos pegar o exemplo dos idosos: ninguém em sã consciência pode deixar de reconhecer que é um direito dos idosos andar de graça nos ônibus, assim como os estudantes, como os deficientes, ou melhor, como dizem os mexicanos, os portadores de capacidades diferentes. Porém, isso é um dever do Estado e não um dever do cidadão que paga o ônibus. Tudo isso tem sido feito colocando nas costas, no lombo do cidadão que paga o ônibus. Daí, de fato, a passagem fica mais cara, porque o Estado resolve se desincumbir dessa tarefa, dessa responsabilidade, jogando isso em cima do usuário de ônibus. Imaginem se o açougueiro tivesse que dar carne de graça para quem não pode pagar! Certamente quem pagaria seriam os outros fregueses!

Alta incidência dos impostos, a tolerância para com o transporte clandestino. Isso é um problema do Poder Público. Quando permite que isso seja feito, ele está permitindo que pessoas não comprometidas com a área social, com gratuidades, com horários, façam uma concorrência desleal, subtraindo passageiros do sistema, e, de novo, com menos passageiros, a despesa fica a mesma, paga mais caro outra vez o usuário comum.

A falta de prioridade para o transporte coletivo é outra situação. Existem momentos em que o ônibus que faz uma viagem de vinte minutos acaba levando trinta ou quarenta minutos para fazer o mesmo trajeto. Isso exige do sistema mais ônibus, e mais ônibus são mais custos, e aí acaba ficando mais caro para o cidadão.

O transporte individual transporta no Brasil em torno de 20% das passagens diárias e ocupa 80% dos espaços. Estudos mostram que, historicamente, o automóvel tem recebido sete vezes mais investimentos do que o transporte público em viadutos, em alargamento de vias, em túneis, enfim, sete vezes mais do que recebe o transporte de massa, que atende às classes menos favorecidas.

Houve ainda nos últimos dez anos uma perda de mais ou menos 40% dos usuários, e isso na média nacional, algumas cidades mais, outras menos. As principais causas foram isso que a gente já viu: o alto custo da tarifa; o desemprego; o fortalecimento dos serviços nos bairros, o que é muito bom; a simplificação no sistema de pagamento nas contas em geral, o que é muito bom também; o uso do transporte individual, que não é tão bom porque, entre outras coisas, agride a camada de ozônio e todo o meio ambiente; e, como eu disse há pouco, transportes clandestinos e passagem única. Todos esses fatores acabaram contribuindo para um maior encarecimento.

Aqui podemos ver uma outra situação de distorção plena. Nos últimos dez anos, enquanto o salário mínimo subiu 216%, o salário do pessoal que trabalha nas empresas, os empregados das empresas, subiu em média 165%; o INPC, 93%; o IGPM, 150%; e o óleo *diesel*, cuja política de preço é praticada pelo governo central, pela Petrobras, fica nada menos do que 450%. Nota-se que nesse mesmo período a gasolina subiu 105%, o que demonstra a ausência total de uma política voltada para o transporte.

A tarifa média nesse período subiu 173%, portanto, muito mais do que o INPC, um pouco mais do que o IGPM e menos que o salário mínimo, mas não quer dizer que não seja cara de qualquer forma, principalmente por causa dos impostos e da política de preço do óleo *diesel*.

Vivenciamos no Estado de Santa Catarina, desde novembro de 2003, uma contradição muito grande (isso é preço médio também): as empresas compram o óleo *diesel* para tocar os seus ônibus na razão de um real e sessenta e algum centavos, os postos de gasolinas compram pelo mesmo preço e revendem, evidentemente, com lucro, em média por 1.89, como o óleo *diesel* tem um negócio chamado substituição tributária, significa que o ICMS é pago logo na saída, na origem, os postos devem pagar o ICMS sobre o preço de venda, 1.89, mas como eu disse, o Confaz estabeleceu essa injustiça, que nós, comprando para consumir, também pagamos ICMS sobre 1.89, como se revender o óleo *diesel* nós fôssemos. Isso, 12%, acabamos pagando 22 centavos, quase 23 centavos por litro a mais, por causa dessa incidência do ICMS.

Aqui podemos ver como foi essa falta de política para o transporte com o óleo *diesel*. Há dez anos o óleo *diesel* representava 7% do custo da tarifa, hoje representa, em média, aqui no Estado, 20%; no Brasil, representa 22%, e há empresas que, dependendo da condição em que operam, chegam até 25% do custo com óleo *diesel*, repetindo que há dez anos era pouco mais de 7%.

Bom, alguns Estados, como foi dito por um dos senhores deputados, já praticam isenção e redução do ICMS desde 2003, como no caso da Bahia, e os outros a partir de 2004. Isenções e reduções, como é o caso do Amazonas, e diga-se de passagem, todas essas medidas, com exceção da Bahia, foram adotadas depois daquela resolução do Confaz de 2003. Portanto, não é desculpa que o Confaz não permite mexer nessa tributação, porque isso é uma prova de que tem acontecido ao longo desse período.

O ICMS sobre o *diesel* é a razão de 12%. Nós já vimos que ele é um peso na tarifa de 20%, e se adotada essa proposição do deputado Darci de Matos e endossada pelos senhores deputados, nós teremos vinte milhões de beneficiados no Estado de Santa Catarina.

Isso é, de fato, inclusão social. Mesmo que o reflexo não seja tão significativo, mas é importante que se diga que esse é um pontapé inicial. Estará o Estado de Santa Catarina, através dos seus legisladores e do Poder Executivo, dando um passo inicial na direção da desoneração que o Brasil persegue há mais de três anos, através do MDT - Movimento para o Direito ao Transporte, do qual participam mais de trezentas organizações, dentre elas o Fórum Parlamentar para o Transporte Coletivo, a Associação Nacional dos Transportadores, enfim, centenas de entidades que buscam essa desoneração na tarifa.

Em Santa Catarina foi feito um levantamento, até para mostrar a sensibilidade do governo, que orientou a Secretária da Fazenda a fazer esse levantamento. Essa luta pela isenção tem muito tempo. O governo do Estado mandou fazer um levantamento, e esse levantamento demorou mais de dois meses. Foi feito em todas as cidades onde há transporte coletivo, e chegaram à conclusão de que é só para o transporte urbano, não para fretamento e nem para outras atividades. Só para o transporte urbano são consumidos 4,7 milhões litros de *diesel*.

Como a renúncia fiscal seria de 22 a 23 centavos o litro, redundaria naquilo que já foi dito, numa renúncia fiscal de apenas 12 a 13 milhões de reais por ano, o que é significativamente pouco, considerando o que tem sido dado de renúncia fiscal a uma série de outros itens. A maioria absoluta deles com justiça.

Reduzir ou isentar o ICMS da cesta básica é excelente, como produtos agrícolas, enfim, existem realmente razões para que isso aconteça. Mas nós queremos chamar a atenção apenas para os últimos três itens: o óleo *diesel* para pesca, hoje custa 30 milhões de reais de renúncia fiscal para com o governo do Estado; a areia, a pedra britada e ardósia, 35 milhões de reais por ano de renúncia fiscal; e o transporte coletivo - essa proposta que está aqui em análise para os senhores deputados -, apenas um terço desse valor.

É importante que se diga outra coisa: qualquer um dos produtos tem efeito horizontal. Significa que se a cesta básica for mais barata para o operário, ela pode ser mais barata para qualquer um de nós também, porque não há distinção no supermercado, se é um pobre, um rico ou um remediado que vai comprar. Todo mundo tem direito a isso. Material de construção é a mesma coisa, isenta ou baixa o ICMS, e é bom para todos. Ao passo que o transporte coletivo é específico, é verticalizado, é para aquele cidadão que é menos favorecido e que usa o ônibus. É um benefício direto, sem outros intermediários.

Para concluir, nós entendemos que a renúncia fiscal é efetivamente pequena por tudo aquilo que acabamos de ver. Quem vai se beneficiar com isso também serão os empregadores, aqueles que compram o vale-transporte.

Portanto, se eles dispenderem menos dinheiro com o transporte dos seus colaboradores, eles poderão eventualmente gerar novos empregos. E aí, é o que o deputado Sargento Soares falou há pouco: o questionamento onde mora o cidadão, porque se a tarifa for muito cara, ele acaba não obtendo o seu emprego.

Sobre o número de beneficiários, nós já dissemos que é significativo, vinte milhões de passageiros/mês, e os beneficiários são as classes sociais que mais precisam. Novamente é pertinente a colocação de que esse benefício não pode ir para as empresas. Ele terá que ser condicionado, repassado diretamente para o usuário. E por isso é que a Assembléia e o governo do Estado poderão propiciar essa inclusão social.

Quería, para finalizar, dizer mais uma vez que isso não deve ser um benefício para as operadoras, mas deverá ser revertido, sim, para os usuários. Quería dizer mais: que isso pode ser o pontapé inicial, efetivamente, para que se desencadeie esse processo de desoneração. E, finalmente, nós estaríamos aqui combatendo as causas e não os efeitos, porque sempre que há manifestação contra o aumento de tarifa - o que se compreende, porque, de fato, repetindo, ela é cara - não se está prestando atenção às causas. E, fazendo isso que está sendo proposto aqui, certamente os senhores estarão combatendo as causas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Senhoras e senhores, gostaria ainda de registrar a presença da senhora Cerli Antônia da Costa Rocha, líder comunitária, e do vereador da cidade de Palhoça, Nirdo Artur da Luz.

Com a palavra, então, o deputado federal Edinho Bez, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO FEDERAL EDINHO BEZ (SC) - Início cumprimentando o deputado Marcos Vieira, presidente desta audiência pública; quero cumprimentar, em especial, o deputado Darci de Matos, que propôs esta reunião, propôs o projeto e, depois de longas conversas, nos conscientizou da importância de estarmos defendendo este projeto - por isso que estamos aqui: os demais deputados, o deputado Merísio, Nadal, Cesar Souza Júnior, Aguiar, Sérgio Grando, Sargento Soares; o prefeito Fernando Elias e, ao citá-lo, estender aos demais prefeitos, aos demais representantes das Prefeituras aqui, nesta oportunidade.

Quero cumprimentar o vereador Neri Amaral e, ao citá-lo, estender aos demais vereadores aqui presentes; o Tamanini, que é o presidente do Deter e se faz aqui presente - importantíssimo para nós o Deter, que tem uma função importante sobre este assunto; os empresários - o senhor Valdir, de Florianópolis, o Moacir, de Joinville, que acabou nos oferecendo uma brilhante palestra, com dados importantes para que possamos ter mais consciência ainda daquilo que estamos defendendo, e o Savi, de Tubarão. Citando os três empresários, estendo o cumprimento aos demais empresários e representantes. E também um cumprimento especial a todos vocês, através da representatividade das associações aqui presentes.

Eu conto com a aquiescência do presidente Marcos Vieira, para que as pessoas tenham noção: por gentileza, peço que cada um levante a faixa que tem, para que possamos ter uma noção da manifestação dos aqui presentes.

(O público manifesta-se levantando faixas.)

(Palmas.)

Parabéns e obrigado pela gentileza.

Falamos aqui às senhoras e aos senhores presentes, e aos colegas deputados, em especial os estaduais, que são pessoas responsáveis e que sabem o que querem.

Mas não vou ser repetitivo porque temos alguns dados - eu havia anotado aqui, mas o Moacir, com a sua sapiência, já colocou, e vamos utilizar esse pouco tempo que temos mais para um trabalho de conscientização.

Nós sabemos que um automóvel transporta 1,3% de passageiros. Não dá para comparar com o transporte coletivo. Se falarmos aqui em ecologia, e vamos falar, o transporte através do automóvel polui, com o gás carbônico na atmosfera, 28 vezes mais do que o ônibus, comparando com o número de passageiros transportados. Se levarmos em consideração que as cidades hoje, no Brasil e no mundo, não têm mais espaço para estacionar...

Eu fui secretário de Estado da Infra-estrutura aqui em Santa Catarina, sou membro da Comissão de Viação e Transportes na Câmara dos Deputados e temos discutido esta questão no País e no mundo em diversas reuniões e existe uma preocupação muito forte com a atmosfera, com o gás carbônico. Nós falamos em aquecimento global, mas também colaborando sob todos os aspectos.

Hoje, quanto se pensa em construir um edifício, por exemplo, numa cidade, é mais vantajoso construir um edifício para estacionamento de carros do que para residências, ou até mesmo para escritórios, dependendo do tipo de local, do bairro, do centro, da cidade e do movimento que vai ter. Quer dizer, então, que nós estamos caminhando erradamente. Nós precisamos corrigir enquanto há tempo.

Precisamos também cuidar do planeta terra. Nós não moramos em Marte, nós não moramos, não vivemos e convivemos em outro planeta. Nós convivemos e vivemos no planeta terra. Qualquer detalhe que se faça para o bem do planeta terra é em defesa da nossa própria sobrevivência e precisamos tomar cuidado com a água, com as árvores, evitar derrubar alguma árvore. Claro que o brasileiro precisa se alimentar, nós precisamos derrubar algumas árvores, mas precisamos buscar o equilíbrio. Existem formas de compensação para que possamos, juntos, encontrar uma saída.

Eu abracei esse projeto porque conheço, já discuti em várias oportunidades, já discuti fora do Brasil e aqui dentro do País. Conheço e sei do que estou falando. É importante para o governo de Santa Catarina e vendo aqui sete parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça, aqui presidida pelo deputado Marcos Vieira, numa iniciativa do Darci de Matos, isso apenas é iniciativa. Eu fui deputado estadual. Estou no quarto mandato de deputado federal. O deputado apresenta uma iniciativa, um projeto de lei, uma moção, enfim, mas ele precisa do apoio dos demais deputados.

Nós precisamos conscientizar cada deputado. Se aqui houver alguém que conheça outro parlamentar que não se fez presente ou que se não está presente neste momento, até porque alguns não pertencem à Comissão de Constituição e Justiça, não é obrigado a estar aqui. Aliás, ninguém pode obrigar o deputado, mas precisamos trabalhar juntos e conscientizar cada parlamentar da importância de votar e defender. Depois desta fase, embora indiretamente já estejamos conversando com o governo, nós vamos juntos conversar com o governador Luiz Henrique, vamos conversar com os secretários, vamos conversar onde for necessário com o intuito de aprovarmos o projeto e ser sancionado.

Esse projeto não é para o empresário, o dono da empresa de transporte coletivo, é para facilitar para aquele que precisa do transporte coletivo, que precisa se deslocar, que tem que usar, mas que pesa no seu orçamento. De repente algum empregado trabalha e tem o transporte coletivo, mas a esposa não tem, o filho pode não ter, o vizinho e outros empregados, dependendo da empresa, podem não ter.

Nós queremos facilitar, dar condições para que todos tenham acesso ao transporte coletivo. Quanto mais o cidadão utilizar o transporte coletivo, mais estará colaborando com a ecologia, com o estacionamento do transporte nos grandes e mesmo nos pequenos centros, estará colaborando, também, com os empresários que poderão reduzir ainda mais os custos e com isso renovar as frotas, oferecendo veículos seguros e confortáveis aos usuários. Esta é a linha, deputado Marcos Vieira, do nosso pensamento, da nossa interpretação.

Quero parabenizar cada um de vocês que veio aqui, porque conheço muito bem a política, conheço muito bem o País. Trabalho muito com a minha consciência, por isso ando de cabeça erguida, muitas vezes contrariando certas posições. Cabe-me ter a responsabilidade de saber o que é melhor para o empresário, o que é melhor para o usuário e saber o que é melhor para cada brasileiro. Precisamos sempre trabalhar com equilíbrio e encontrar o que for melhor.

Contem comigo! Vamos contar com os deputados estaduais, depois vamos ao governador, vamos a quem for necessário para ajudar a resolver este problema. Outros Estados já largaram na frente e está dando certo. Existem países em que o próprio governo banca. O que queremos é dar oportunidade àqueles que mais precisam do transporte coletivo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Com a palavra o ex-deputado Norberto Stroisch, secretário Municipal de Transportes e Terminais de Florianópolis, por até três minutos.

O SR. NORBERTO STROISCH - Quero saudar o deputado Marcos Vieira, que neste ato, como vice-presidente da Comissão de Justiça, dirige os trabalhos; parabenizar e cumprimentar o deputado Darci de Matos e, em seu nome os demais deputados com assento na Assembléia; o deputado federal Edinho Bez; e, em nome do amigo de longa data, vereador de Joinville, Zulmar Valverde, quero estender os cumprimentos a todos os demais vereadores.

Ao cumprimentar o prefeito Fernando Elias, cumprimento os demais prefeitos aqui presentes; da mesma maneira, cumprimentando o senhor Waldir Gomes, cumprimento a todos os empresários, detentores das concessões, operadores do transporte coletivo aqui em Santa Catarina.

Quero estender os cumprimentos a todas as senhoras, senhores, representações dos trabalhadores do transporte, das entidades comunitárias dos bairros da região metropolitana e de outras cidades de Santa Catarina.

Com as informações daqueles que me antecederam, acho que já saímos daqui conhecedores, nos mínimos detalhes, do que acontece com o transporte coletivo em nosso Estado e no País.

Mas quero ater-me ao aspecto da importância que está sendo este ato, esta audiência pública, deputado Darci de Matos e presidente Marcos Vieira.

Desde 2005, quando recebi a missão de dirigir o transporte coletivo aqui de Florianópolis, todos conhecem a história do que foi e do que é o transporte coletivo daqui, já participei pelo menos de cinco grandes momentos em nível nacional, deputado Edinho Bez, em que se criou, não em nível de Santa Catarina, mas em nível nacional, duas grandes forças que podemos assim definir: a Frente Nacional de Prefeitos das Capitais e das Grandes Cidades Brasileiras e o Fórum Nacional de Secretários de Transporte.

Numa condição mais eclética como, por exemplo, o presidente da Frente Nacional de Prefeitos é o prefeito de Recife, João Paulo Cunha, vinculado ao partido da presidência da República. E ali estão participando desse grande movimento todas as correntes políticas brasileiras.

Eu tenho uma correspondência de 2003 onde segmentos como aqueles, como estão aqui hoje representados, já postulam e levantam a bandeira de um tratamento diferenciado, legítimo e justo dos nossos governantes para esse serviço público tão essencial para milhões de brasileiros.

Eu acho que já foi mencionado, são dados do próprio Ministério das Cidades, ou seja, dados oficiais do governo federal: 45 milhões de brasileiros - somos hoje 180 milhões -, tem no transporte coletivo seu único meio de deslocamento e, ainda, de 35 milhões a 37 milhões de brasileiros não têm acesso ao transporte público, ou transporte coletivo urbano. São dados reais.

O transporte coletivo urbano no País, ou com característica urbana, é tratado, pelos nossos governantes e pela política tributária, como se fosse uma loja de departamento num grande *shopping center*. Tributação cheia para esse serviço que milhões de brasileiros têm como único meio de deslocamento.

Então, deputados que representam a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia e que terão nas suas mãos não só o poder do voto e da deliberação de tão importante matéria, mas também a missão de sensibilizar o Executivo estadual para o sancionamento dessa matéria. Mesmo sendo uma matéria com repercussão financeira e de origem legislativa, de qualquer maneira, sabemos que o Executivo estadual poderá sancioná-lo.

É um momento ímpar que a Assembléia Legislativa vive e, conseqüentemente, todos aqueles que estão direta e indiretamente envolvidos com esse importante serviço público têm para dar a grande alavanca.

Nós poderemos ser o nono Estado brasileiro a conceder a isenção (já são oito) de ICMS sobre o óleo *diesel*. O óleo *diesel*, como já foi mencionado, representa 20% do custo total do serviço; a isenção de 12% ou a redução de 12% da alíquota de ICMS já provoca um impacto extremamente positivo no custo total, e, conseqüentemente, o custo se transforma no final em peso tarifado.

Então, mais do que nunca, está no momento de se criar uma política nacional específica para esse importante serviço essencial no Brasil, que é o serviço de transporte coletivo urbano e de características urbanas.

Eu vou citar um exemplo extremamente meritório: há mais de vinte anos os permissionários, como são os operadores, de táxi têm o benefício da isenção de IPI e ICMS na compra de seu veículo para operar táxi. Se um carro custa R\$ 30 mil para nós, para eles custa na faixa de R\$ 22 mil, R\$ 23 mil. É meritório? Não se contesta os méritos, mas por que não estender isso para o transporte coletivo?

O governo catarinense sabiamente, como foi dito, também, isentou o ICMS sobre o óleo *diesel* das empresas pesqueiras de Santa Catarina, já é o segundo ou terceiro ano de vigência.

Por isso, meus caros senhores deputados, acho o momento extremamente oportuno.

Para concluir, eu também já fui legislador, já fui deputado, e também tem que ser considerado que no nosso país foram criadas várias legislações que concederam ou desconto ou gratuidade para determinados segmentos da população usuária brasileira. Ao nosso idoso, incontestemente o mérito do benefício: ao nosso estudante, em quase todas as cidades brasileiras, 50% de desconto; ao nosso portador de necessidades especiais, a gratuidade. Só que na hora que foram criadas essas leis extremamente justas, sim, esqueceram de dizer de onde sairia o dinheiro para bancar isso. Hoje, sabem de onde sai? Do bolso dos demais usuários.

Por isso mesmo este é um momento ímpar, onde numa audiência pública tantos segmentos representativos aqui têm assento para discutir e debater sobre tão importante assunto. Eu tenho convicção: assim como Florianópolis já fez, que tinha um único imposto - ISS - sobre o faturamento total e o reduziu para 0,01, ou seja, isentou de um único imposto incidente sobre o transporte coletivo, com certeza o governo do Estado, e assim também uma política nacional para o governo federal, nós teremos, em curto ou em médio prazo, uma outra realidade sobre este essencial serviço público que é o transporte coletivo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Com a palavra o senhor Luiz Carlos Tamanini, presidente do Deter, por três minutos..

O SR. LUIZ CARLOS TAMANINI - Cumprimento o deputado Marcos Vieira, presidente deste tão importante momento para o sistema de transporte rodoviário de Santa Catarina; o proponente Darci de Matos e em seu nome os demais deputados presentes; o prefeito Fernando Elias; o deputado federal Edinho Bez; o senhor Waldir Gomes da Silva, presidente do Setuf, e em seu nome todos os empresários presentes.

Senhores e senhoras, na verdade não há muito mais para eu falar, até porque já foi debatido bastante, em especial na apresentação do empresário Moacir Bogo, que tem conhecimento profundo e lutou muito para que esse dia pudesse acontecer, como todos os demais empresários. Mas como presidente do Deter, fazendo parte do governo Luiz Henrique e Leonel Pavan, também quero buscar, juntamente com os senhores deputados, juntamente com os senhores empresários, a solução, a alternativa para que o governo possa dar esta isenção do ICMS proposta para o transporte rodoviário urbano.

Acredito que nós temos que buscar e dar também para o governo esta solução, deputado Darci, de que forma ele pode compensar a diminuição de arrecadação - também porque ele tem que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. E a Assembléia Legislativa, dentro da sua competência e do seu conhecimento, eu acredito, juntamente com os estudos da Secretaria da Fazenda, pode buscar essa alternativa, até porque os valores são relativamente baixos.

Eu também quero chamar atenção, deputado Edinho, para que de alguma forma possamos buscar no projeto a isenção do ICMS em todas as tarifas do sistema intermunicipal rodoviário de transporte, não só em Santa Catarina, e sim no País, a exemplo do que acontece para a aviação. Parece-me que essa proposta já tem três votos favoráveis. É claro que por trás deve ter uma força muito grande do governo para que esse processo não continue, não ande. Mas é uma forma de diminuir substancialmente as tarifas, e não só no urbano, que já é isenta do ICMS, mas no rodoviário, que também é importante para que os passageiros, para que a nossa gente possa de deslocar por distâncias maiores. E tenho certeza que o governo não vai perder, porque essas pessoas vão se deslocar, vão ter maior facilidade, vão fazer suas compras, vão descansar. Enfim, conseqüentemente buscará também os impostos, que diretamente vão cair nos cofres dos municípios, do Estado e do País.

Mais, deputado: quero sugerir que o nome desse projeto seja pró-usuário, para atendimento ao usuário. (Palmas.) Porque, como já foi falado - e nós conversamos, eu estou na presidência do Deter -, Edinho, os empresários não querem aumento de tarifa! Eles não querem, eles desejam redução! Eles estão brigando pela TA - Taxa de Administração -, que o Deter também tem para administrar e que está inclusa na tarifa. Eles estão brigando para buscarmos soluções para as isenções; para que os recursos para a isenção do deficiente, que é realmente uma necessidade, venham de uma dotação orçamentária da assistência sócia; para que o transporte para o policial venha da Segurança Pública. Enfim, que todos aqueles setores que têm gratuidade - e realmente precisam ter - possuam fonte de custeio, para que o usuário normal não precise pagar essa tarifa, daqueles que estão sendo isentos. Então, essa bandeira deve ser tomada.

E também mais, em nível federal: uma pró-frota, para que a carroceria e os chassis do ônibus sejam mais baratos, porque isso sim vai repercutir, e bastante, na tarifa. (Palmas.) Não vai repercutir só os cinco centavos do óleo diesel, aí sim vai repercutir em mais centavos e vai colocar muito mais usuário para dentro dos ônibus. Conseqüentemente, o meio ambiente vai agradecer, e principalmente o usuário.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Com a palavra o senhor Waldir Gomes da Silva, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis, por até três minutos.

O SR. WALDIR GOMES DA SILVA - Cumprimentando o deputado Marcos Vieira, presidente da presente solenidade, saúdo também o deputado Darci de Matos, autor do projeto, o deputado federal Edinho Bez, o prefeito Fernando Elias e os demais membros da mesa. Ainda, cumprimento os demais vereadores e prefeitos presentes; os empresários, que vieram para fortalecer a nossa presença nesta audiência; em especial os trabalhadores do transporte - o nosso muito-obrigado pela compreensão e pela presença; e fundamentalmente os nossos representantes das comunidades, que são as pessoas mais próximas do nosso serviço.

Eu creio que tudo o que deveria ser falado já foi dito. Então eu resumiria isto da seguinte forma, senhores, corrigindo ou quem sabe orientando sobre certas informações que alguns deputados podem não ter conhecimento: hoje, o transporte coletivo é "planilhado" de tal forma que qualquer benefício que venha na nota fiscal... Principalmente o deputado Soares, talvez, fez um comentário, e eu gostaria que esta informação fosse passada: as planilhas são compostas pelo custo de notas fiscais. Se o produto tiver um preço, aquele preço vai compor a planilha. Então, certamente tudo o que se falou em termos de redução será contemplado diretamente ao usuário do transporte coletivo.

Eu diria o seguinte: nós falamos, o empresário Darci comentou sobre a carga tributária, em torno de 40% sobre a tarifa. E há quem diga: mas só 2%, 0,5%? Só esse benefício que está trazendo? Não! Não temos que olhar quanto esse benefício vai nos trazer. Nós entendemos que será uma forma de abrir as portas para que, deputado Edinho Bez, com seu trabalho e o trabalho dos demais componentes da Câmara e do Senado, consigamos ter os outros impostos reduzidos.

Certamente, deputado, se tirar 40% da tarifa, amanhã será 40% mais barato! Isso é independente da nossa vontade ou da vontade de qualquer empresário que aqui está. O preço da nota fiscal do produto compõe a tarifa, e, automaticamente, o resumo final do quanto custa a tarifa é a divisão do custo pelo número dos usuários.

Os deputados estão de parabéns, especialmente o deputado Darci de Matos por propor este projeto e a Comissão de Constituição e Justiça por propor esta audiência. Creemos nós que os senhores estarão dando um grande pontapé para que o Brasil, o País como um todo, veja o transporte coletivo com mais responsabilidade e coloque isso como sendo a real inclusão social daqueles que hoje não têm como usar o transporte coletivo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Com a palavra o vereador Zulmar Valverde da Silva, de Joinville, por até três minutos.

O SR. VEREADOR ZULMAR VALVERDE DA SILVA (Joinville/SC) - Cumprimento o eminente deputado Marcos Vieira, presidente desta audiência pública; o deputado Darci de Matos, proponente desta audiência e autor do projeto (meus parabéns, continuamente com ações arrojadas - quando foi vereador sempre visou o lado social); o deputado Edinho Bez; os demais eminentes deputados; todos os outros membros da mesa; os empresários Moacir Bogo, Vilmar Harger e Waldir Harger, de Joinville, e em seus nomes saúdo todos os empresários do ramo, os funcionários; as lideranças; e os vereadores das nossas cidades vizinhas e do nosso Estado.

Que País é este? Que País é este, que dentro do Direito Constitucional o Estado-Nação foi constituído, e os Estados-Membros, para atender aos seus? Que País é este, em que 37 milhões de pessoas - e nós, homens públicos, falamos em cidadania - não têm direito de entrar num ônibus?

Quero parabenizar todos e conchamar para esse primeiro passo. Nós temos mais passo, sim! Eu acho que o governo federal tem que dar a sua contribuição e desonerar alguns itens, porque há necessidade em prol da comunidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Com a palavra o senhor Fernando Elias, prefeito de São José.

O SR. PREFEITO FERNANDO ELIAS (São José/SC) - Cumprimento o deputado Marcos Vieira, presidente dos trabalhos, estendendo essa saudação aos demais deputados da mesa e principalmente ao deputado-autor do projeto.

Também como chefe do Executivo, sugiro algumas formas de apresentação do projeto. Na realidade, o projeto teria, hipoteticamente, vício de iniciativa, uma vez que compete ao Executivo legislar sobre matéria financeira. Mas não alterar, se V.Exa. e os deputados tiverem o cuidado de fazê-lo sob a forma autorizativa - fica o chefe do Poder Executivo autorizado. É uma faculdade fazer isto, conceder isenção do ICMS no óleo diesel para consumo na frota de transporte coletivo de Santa Catarina.

Sugiro ainda um segundo artigo: estender o benefício da isenção, também para que não incida o ICMS na compra de novos ônibus para o transporte coletivo; que não incida... (Palmas.) E sugiro o artigo 3º: que o ICMS não incida sobre as peças de reposição, como pneus, porque todos esses três itens fazem parte da planilha de custo que vai formar o preço da tarifa.

Falo com ansiedade no coração, meu amigo presidente Marcos Vieira, meu amigo Edinho Bez, meu amigo Sargento Soares e demais deputados. É com a aflição dos prefeitos de Santa Catarina, que querem um preço mais barato para os seus municípios e que esbarram na ampla legislação. E eu tenho certeza que, se soubermos conduzir as negociações desse projeto de lei na Assembléia Legislativa, será parceiro o governador do Estado. Será parceiro porque ele é bem assessorado pelo seu secretário da Fazenda!

Conforme foi colocado aqui, foi "planilhado" o custo da incidência do ICMS sobre o combustível, chegando-se a uma cifra de R\$ 12 milhões para o transporte de milhões de passageiros. E se chegará a uma outra cifra na aquisição de novos ônibus; numa outra cifra, nas peças de reposição e nos pneus. Não adianta andar com tanque cheio num ônibus velho e com pneu careca. A coisa tem que ser feita por inteiro! (Palmas.)

Deputado Darci e demais deputados da Assembléia, eu trabalhei para o governador Luiz Henrique e vou pedir a ele que referende e sancione o projeto que V.Exas. aprovarem. Se assim ele não fizer, eu estarei em coro, juntamente com a multidão, pedindo a ele que se sensibilize, porque o direito de ir e vir, aquele preconizado na Constituição federal do Brasil... E ele, juntamente com Ulysses Guimarães, trilhou este País nos idos da ditadura militar; ele e Ulysses Guimarães, em muitos locais, disseram que a miséria era o maior mal da sociedade, "mas que mais miserável do que a miséria é a sociedade que não tem competência para acabar com ela!"

Hoje, essa sociedade diz ao governo do Estado: é possível extirpar, sim, do seio da sociedade catarinense a miséria do entendimento sobre a passagem do transporte coletivo! Basta um gesto de boa vontade do Executivo Estadual de Santa Catarina. (Palmas.)

Nós vamos estar juntos, e eu acredito que o governo federal... porque isto é assim: quando dá certo, os deputados do partido do presidente, a quem eu respeito todos, os senadores, os deputados estaduais, vão pedir também ao presidente!

Por que se isenta o táxi nesse País (e eu estou do lado da isenção dos táxis) mas não se isenta do IPI e dos demais impostos federais do transporte coletivo? É a cadeia! E esses 45%? A hora que surgirem na vida brasileira, os prefeitos não vão mais enfrentar o Movimento do Passe Livre, e quem sabe a via expressa (*ininteligível*) mais nos dias de manhã, porque a fila já está chegando lá em São José!

Um beijo no coração. Sucesso e felicidade a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Quero dizer às senhoras e aos senhores que após as palavras do senhor Carlos Roberto Molin, que será em seguida, principalmente os líderes comunitários terão direito a também fazer comentários acerca da audiência pública.

Com a palavra o senhor Carlos Roberto Molin, representante da Secretaria de Estado da Fazenda.

O SR. CARLOS ROBERTO MOLIN - Eu quero cumprimentar o senhor deputado Marcos Vieira, que preside os trabalhos; o deputado Darci de Matos, autor do projeto de lei; as demais autoridades que compõem a mesa; e todas as pessoas presentes.

Como representante da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina, eu não tenho a pretensão de decidir. Pelo contrário, a minha análise é tão-somente técnica, sobre o aspecto técnico da proposta.

Nesse sentido, inicialmente eu chamo a atenção que, assim como o comentado benefício fiscal dos pescadores, a concessão do benefício fiscal dessa forma depende de convênio no âmbito do Confaz. É o que prevê a Constituição Federal, artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, alínea g. Esse é o primeiro aspecto que eu quero ressaltar.

Também, que a renúncia fiscal aqui prevista - embora, como se disse, em relação ao Orçamento do Estado ela não seja de um valor tão expressivo - é expressiva e precisa estar também prevista na lei orçamentária e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. São aspectos que precisam ser vistos.

Ainda, quero lembrar que o Estado pratica, dentre as alíquotas possíveis, a mais baixa para o óleo *diesel*. Enquanto a maioria dos Estados pratica 17, nós praticamos 12, o que representa menos de 50% da tributação, por exemplo, da gasolina utilizada no transporte individual. Digo isso apenas para reforçar que já existe preocupação em dar melhores condições reduzindo o custo do transporte.

Quanto à diferença de preço apontada na planilha em relação ao preço para o consumidor, previsto, de R\$ 1,89, e o preço praticado diretamente para as empresas de ônibus, o Estado já levou ao Confaz uma proposta de convênio para fazer a equalização desse preço. Isso deve ser aprovado, imagino eu, na próxima reunião do Confaz, que se realizará aqui em Florianópolis no final deste mês. Então, isso já deve ser superado. As considerações que eu tenho a fazer são essas.

Eu também ouvi e não posso me furtar de comentar - talvez seja um equívoco: nós não temos isenção para vinho, no Estado. A tributação do vinho é 25%, é a tributação mais alta, a tributação para mercadorias supérfluas. É como é tributado o vinho. Talvez haja apenas um equívoco. Só para deixar isso claro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Após ouvirmos as palavras do senhor Carlos Roberto Molin, informamos que duas servidoras da Casa estão com microfone sem fio à disposição dos senhores e das senhoras, principalmente dos representantes das entidades comunitárias, para fazerem suas manifestações. Quem quiser fazer uso da palavra, por favor, manifeste-se, pois elas entregarão o microfone. E peço que diga o nome e a entidade que representa.

O SR. ANTÔNIO VIEIRA - Eu sou presidente da associação comunitária de um bairro de São José e estou feliz em ver os deputados preocupados com uma situação que é nossa, uma situação que é prejudicial a nós, usuários diretos do transporte coletivo. E também fico feliz porque temos um povo que está preocupado em melhorar a situação da comunidade de usuários e também em dar uma alternativa para aqueles que têm veículo deixarem-no em casa e passarem a usar o transporte coletivo, porque isso é importante para todos nós.

É importante também que os nossos representantes políticos consigam muito mais que isso e estejam sempre com esse espírito de ajudar, de melhorar. Hoje é um detalhe, amanhã outro, mas só assim é que a nossa população, não só a da Grande Florianópolis ou a de Santa Catarina, mas a do Brasil poderá ter dias melhores e viver mais feliz nesta terra abençoada.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Com a palavra a senhora Virgínia de Araújo Ferraz.

A SRA. VIRGÍNIA DE ARAUJO FERRAZ - Boa-tarde a todos. Eu estou aqui representando o Conselho Municipal de Associações de Moradores de Joinville (Comam), do qual sou secretária.

Estamos aqui hoje representando a nossa cidade por entender que em Joinville nós fizemos a nossa ação em relação ao aumento da passagem. Reunimos mais de cem associações e fomos ao prefeito Marco Tebaldi, estivemos em seu gabinete e com isso conseguimos fazer com que a passagem fosse aumentada somente em R\$ 0,10 (*palmas*). Foi uma ação conjunta com o setor de transportes de Joinville, que entendeu que poderia nos atender também.

Gostaria nesta oportunidade de cumprimentar o nosso deputado estadual Darci de Matos, que está aqui hoje apresentando esse projeto que traz várias idéias novas para reduzir a passagem de ônibus, através do qual todos nós seremos beneficiados. Também gostaria, deputado Marcos Vieira, e peço permissão a V.Exa., que é meu conhecido do PSDB, de agradecer a toda a nossa equipe que veio junto, citando o nome desse pessoal: o Alcídio, o Nelson, o Valdir, o Antônio Juvenal, o Carlinhos, o Francisco, o Lúcio, o Djalma, o Castilho, o Casarim, o Gerson, o José Násio, a Marilene, a Zoraide Pinoti, o Juarez, o Luís, o Paulo, o senhor Neri, o Rosalvo, lá do Morro do Amaral, o Hercílio, o Moacir, o Henrique e o Jairo, que é o nosso presidente do Comam.

Gostaria também de dizer que se conseguirmos diminuir o ICMS em cima do óleo *diesel* vamos andar mais erguidos, sem o peso dos impostos nas nossas costas de cidadãos trabalhadores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Solicitamos aos demais inscritos que em razão do adiantado da hora - já estamos há praticamente duas horas nesta audiência pública - sejam mais breves, a fim de que outros tenham a oportunidade de se manifestar.

Neste momento passamos a palavra ao próximo orador, senhor Jair Batista Ramos.

O SR. JAIR BATISTA RAMOS - Eu sou morador de Florianópolis e aqui estou representando a União Florianopolitana das Entidades Comunitárias (Ufeco).

Nós entendemos que o transporte coletivo deve ser público de verdade, porque o que temos no momento não é público. Assim como a saúde e a educação têm as duas opções, tanto pública como privada, é desta forma que defendemos o transporte, que seja público de verdade. O transporte público não deve ser usado para a geração de lucro.

No nosso entendimento, a simples redução do ICMS não vai garantir um transporte realmente de qualidade e acessível à população. Nós, do movimento comunitário, defendemos a criação de empresas públicas de transporte coletivo. E já apontamos o caminho para essa gestão de empresa pública, que seria a criação de subsídios através de multas de trânsito, de estacionamento, da cobrança do transporte individual, que também se beneficia do transporte coletivo, o qual pagamos sozinhos. E a redução de apenas R\$ 0,05 de tarifa não vai garantir um transporte de qualidade.

O movimento comunitário coloca-se à disposição, já amparado pelo Estatuto da Cidade, para junto com os empresários e com o Poder Público discutir uma solução adequada e sustentável para a questão do transporte coletivo das nossas cidades.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Comunico a todos que fui informado que temos um limite de tempo, ou seja, podemos estar aqui até as 16h30min.

Com a palavra a senhora Olga Schimidt Thomas, presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim das Castanheiras, do Campeche.

A SRA. OLGA SCHIMIDT THOMAS - Em primeiro lugar o meu boa-tarde a todos, aos deputados e aos representantes de outros órgãos.

Acho que seria injusto tomar o tempo de vocês se repetisse aqui tudo o que já foi comentado. Eu agradeço muito pela oportunidade e, quem sabe, em outra oportunidade a gente se encontra.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Com a palavra o senhor Rodrigo Gonçalves, presidente da Associação de Moradores do Loteamento Dona Zenaide, de São José.

O SR. RODRIGO GONÇALVES - Senhor presidente, boa-tarde. Quero cumprimentar a mesa diretora, o nosso querido prefeito de São José, Fernando Melquíades Elias, todas as lideranças comunitárias presentes e, em especial, a companheira do Transporte Coletivo Estrela, empresa da qual fiz parte até pouco tempo.

Falar desse assunto é muito importante, com certeza! Mas esta Casa trabalhar a favor da população é mais importante ainda, porque é muito fácil os deputados, os prefeitos, os vereadores usarem os meios de comunicação, a imprensa para falar de política social, mas na hora de agir, bem pouco é feito.

Para não me estender muito e como liderança comunitária do Loteamento Dona Zenaide, do qual sou assessor de comunicação, quero registrar o nosso muito-obrigado a vocês por estarem honrando com dignidade o preço que pagamos pelo salário de vocês. (*Sic*)

Era isso o que eu tinha a dizer e uma boa tarde a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Com a palavra Gerson Luiz Rieger.

O SR. GERSON LUIZ GUIMARÃES RIEGER - Eu sou presidente da Associação dos Moradores do Jardim Zanelatto e fizemos um movimento para estar neste plenário participando deste debate sobre o projeto de lei tão importante do deputado Darci de Matos, que vai beneficiar as comunidades mais carentes da nossa sociedade.

Eu gostaria de cumprimentar todos os deputados, o nosso excelentíssimo prefeito, que tem olhar para as regiões menos favorecidas da cidade, e o deputado Darci de Matos, que com esse projeto está alcançando esse povo menos favorecido, do qual já é cobrado tanto imposto. Só temos que parabenizá-lo por apresentar um projeto como esse! E esperamos que realmente tenha reflexos no bolso do contribuinte, dos usuários. Esse é o nosso desejo.

Eu gostaria de deixar essas palavra e mais uma vez cumprimentar o deputado Darci de Matos por esse projeto.

O SR. DANIEL NASCIMENTO - Boa-tarde a todos. Eu sou presidente do Conselho Deliberativo da Associação de Moradores Morar Bem e vice-presidente do Conseg - Setor 9.

Para nós é uma honra estar aqui e receber a calorosa recepção desta Casa. Somos gratos ao deputado Darci, autor do projeto; ao presidente e a todos os deputados presentes, ao deputado Natal Pereira, que também nos transmite um calor humano muito grande; ao nosso excelentíssimo senhor Fernando Melquiades Elias, prefeito de São José, que tem ouvido muito a sociedade e as lideranças comunitárias.

Lembramos a esta Casa que São José está reagindo. São José não quer mais aceitar as coisas de braços cruzados e de boca calada. Na Câmara de Vereadores talvez tenhamos sido mal interpretados, mas agradecemos a esta Casa pelo fato de termos sido recebidos de braços abertos.

Tudo já foi mencionado referente ao transporte público, e não seria eu a colocar pontos nem fazer referências sobre acréscimo, mas gostaríamos que da mesma maneira como fomos acolhidos nesta Casa, da mesma maneira como o nosso prefeito nos acolhe e nos ouve, que o governador do Estado nos ouvisse com todo o carinho e tomasse uma atitude digna que beneficiasse todos aqueles que usufruem do transporte público, fazendo com que essa realidade saia do papel e se torne uma ação prática.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. JOÃO SANTOS DE CASTILHOS - Boa-tarde a todos. Eu sou presidente da Associação Júlio de Castilho, de Joinville, que atende todo o município com ações comunitárias voltadas às famílias de presos, a vítimas de violência, e essa passagem vai favorecer muito a nossa comunidade, porque a família do preso é a que mais sofre com o transporte: a classe que mais sofre com o transporte é a família do preso.

Eu queria pedir para todos levantarem as faixas a fim de podermos mostrar a nossa garra e para que fossem feitas algumas fotos.

(A plenária se manifesta erguendo as faixas. Palmas.)

E eu quero parabenizar o deputado Darci de Matos, porque esse projeto vai favorecer tantas empresas (*sic*), vai dar mais emprego, vai desafogar o trânsito, principalmente de Joinville, porque são muitos veículos e muitas motos. O passe que favorecerá a todos é que vai desafogar o trânsito.

Então, quero agradecer todo o pessoal que está na mesa, todo o pessoal que veio dar essa força e mostrar essa garra. Parabéns, Darci de Matos! Vai firme que nós estamos junto com você. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Temos aqui três inscritos e damos por encerradas as inscrições.

O SR. AGENOR GARDINO DE OLIVEIRA - Eu represento a Associação de Moradores do Residencial Potecas, em Forquilha, São José, Comunidade em Ação, que tem como presidente o meu irmão, Nicanor de Oliveira.

Quero cumprimentar as autoridades presentes, especialmente o deputado José Natal, com quem tive o prazer de trabalhar na última campanha; o deputado Sargento Soares, que é o deputado do meu partido; os demais deputados presentes; e também fazer um cumprimento especial ao nosso prefeito Fernando Melquiades Elias.

Em poucas palavras digo a todos que quero deixar a marca da participação neste evento, em nome da Comunidade em Ação, de Forquilha, mas quero fazer um cumprimento fervoroso a todos os participantes de entidades, de sindicatos e de associações que aqui se fazem presentes. Todos nós devemos estar conscientes que a participação das entidades em todo chamamento, seja de projeto da Assembléia Legislativa ou da Câmara de Vereadores dos nossos municípios, é muito importante. A assinatura, mesmo que simbólica, mas que tem peso decisivo, é sempre a assinatura da representatividade popular; podem crer os senhores que mais que reivindicar é importante nos fazermos presentes.

Por isso cumprimento todas as entidades que aqui se fazem presentes. E é importante que estejamos atentos para todos os projetos que surgem, principalmente nas nossas Câmaras de Vereadores e também em nível de Estado, e que estejamos juntos não só para reivindicar, mas para participar da luta, porque é um direito e um dever de todas as lideranças comunitárias.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. MAURI JOVELINO ALBANO DA SILVA - Uma boa-tarde a todos. Eu sou de Cachoeira, Biguaçu, e até que gostei de ter participado desta reunião, porque é bom termos os deputados junto conosco lutando para que a gente tenha a sorte de ter a passagem mais baixa, porque nós moramos no interior.

Quando se vai procurar um emprego, a gente chega lá e diz que mora em Biguaçu, aí eles dizem que não tem emprego. Mais vale ir de carro do que de ônibus. E nós temos uma base de duzentas a quatrocentas pessoas (entre jovens e pessoas mais velhas) desempregadas por causa do ônibus. A empresa Biguaçu cobra de Celso Ramos até Florianópolis R\$ 4,40. Como o nosso representante da empresa Biguaçu, ele deu uma idéia agora para nós, ele botou uma empresa de ônibus e está dando prejuízo para eles, que faz o trecho Estiva a Florianópolis. Está dando prejuízo porque eles têm pena da comunidade, porque não temos mais condições de pegar ônibus.

Então, é muito bom que os deputados façam essas reuniões e a comunidade está à disposição para vir mais vezes aqui. É uma idéia muito boa essa de eles ajudarem a comunidade, porque os deputados estaduais e federais e o governador têm que ajudar a pobreza com esses impostos que passam pelas mãos deles; e que o governo ajude a pagar o transporte coletivo, porque ele pode pagar uma parte também, como nas outras cidades já acontece, onde a gente paga uma parte e o governo estadual, o prefeito, o governo federal ajuda na outra parte.

Muito obrigado a vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Senhoras e senhores, vamos agora passar a palavra para o último inscrito da audiência.

O SR. VALDIR DE FIGUEIREDO - O meu boa-tarde a todos. Sou presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Carolina, em Biguaçu, e gostaria, primeiramente, de agradecer aos senhores deputados.

É necessário dizer a todos aqui que é muito importante participar, e em Biguaçu existe o orçamento participativo e a gente leva muita coisa para os bairros. Então, por isso quero pedir a todos que compareçam às reuniões, porque infelizmente cansamos de ouvir a nossa população carente dizer que precisa de emprego, que preencheu ficha em dez empresas e que quando perguntam onde moram e respondem que no final de Biguaçu, dizem não ter vagas. Isso porque as passagens são muito caras.

Então, quero pedir com muito carinho aos senhores deputados que levem isso à frente. Acho que além do combustível, foi como o outro senhor falou, as empresas deveriam ser ajudadas na manutenção dos ônibus para poderem dar passagem mais barata para as comunidades, porque estamos precisando de emprego para o nosso povo.

Muito obrigado e uma boa tarde. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Senhoras e senhores, finalizando esta audiência, gostaríamos de ouvir as considerações finais do proponente, deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Senhoras e senhores e senhor presidente, objetivamente desejo externar a minha alegria e a minha satisfação de ter podido contar com a presença de grande número de deputados nesta audiência pública, de empresários, de representantes dos usuários e da imprensa, que cobriu este evento de forma magnífica. E com certeza sairemos daqui conhecendo um pouco mais das nuances do transporte coletivo urbano, dos problemas existentes e dos caminhos que deverão ser seguidos para que possamos ter uma tarifa mais adequada ao poder aquisitivo dos usuários catarinenses.

Portanto, saúdo todas as delegações que vieram das mais longínquas regiões de Santa Catarina, a delegação que veio do meu município de Joinville, com dois ônibus *(palmas)*, e digo que não tenho dúvidas que o governador Luiz Henrique da Silveira, como gestor público sensível, inteligente e pragmático que é, haverá de nos receber, já que deixei aqui externada a proposta de constituirmos uma comissão para tratarmos com o Executivo esse projeto. Sua excelência haverá de dar apoio a essa iniciativa, a exemplo do que acontece com outros segmentos catarinenses.

Vamos continuar unidos, organizados, e a presença maciça da comunidade nesta audiência, deputado Cesar, V.Exa. que é o relator do projeto, demonstra que estamos no caminho certo, que o nosso projeto tem apelo e que haveremos de conquistar êxito, porque a sociedade catarinense está atenta e apoiando a nossa iniciativa.

Muito obrigado pela presença de todos, pelo apoio recebido, e espero contar com o apoio dos deputados para que possamos aprovar esse projeto e fazer com que o trabalhador catarinense possa ter uma tarifa mais compatível com o seu poder aquisitivo.

Um grande abraço e muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Senhoras e senhores, tendo em vista que a presente audiência pública nasceu no âmbito interno da Comissão de Constituição e Justiça, proponho aos presentes e principalmente aos senhores deputados que em sessão ordinária da própria Comissão de Constituição e Justiça seja proposta a constituição de uma comissão formada de deputados, de líderes comunitários e de representantes das empresas concessionárias de transporte urbano, para que possa abrir um canal de conversação com o Poder Executivo, com o governo do Estado de Santa Catarina.

O deputado Cesar Souza Júnior é o relator da matéria e também faz parte, junto com o deputado Darci de Matos, da Comissão de Constituição e Justiça. Por isso proponho levar ao âmbito interno da nossa Comissão essa discussão e ao serem escolhidos os deputados, gostaria que a Comissão também escolhesse os representantes das comunidades e das empresas aqui representadas.

Com a palavra o senhor deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Presidente Marcos Vieira, conversei com o autor da medida, deputado Darci de Matos, e acatando a sua sugestão apresentarei já na reunião de amanhã pela manhã o pedido para que a gente forme essa comissão com representantes das várias entidades, sempre com a preocupação de pressionar legitimamente o governo do Estado, mas também esperando que a comissão haja rapidamente a fim de não cairmos naquela questão de que às vezes se forma uma comissão e a coisa acaba não tendo a consequência desejada.

Então que a gente forme uma comissão e já tenha na sequência uma reunião rápida, deputado Darci, para levarmos esse justo pleito ao governo do Estado, mas sempre fazendo com que isso seja célere, que a comissão tenha uma ação rápida, de pressão legítima, como vimos aqui hoje, sem perder o foco do objetivo final, que é iniciar a desoneração da tarifa do transporte coletivo urbano, iniciando pelo *diesel*, mas na sequência atingindo também outros insumos do setor.

Então está aceita a proposta e com a anuência do deputado proponente iniciaremos a partir de amanhã a formação dessa comissão. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Não havendo mais oradores inscritos, gostaria de dizer que entendo que alcançamos o objetivo da presente audiência pública, que era o de trazer ao conhecimento da sociedade catarinense que o transporte urbano precisa de uma atenção maior dos poderes constituídos aqui em Santa Catarina.

Estão de parabéns os deputados que participaram da presente audiência, os convidados que se fizeram presentes na mesa oficial, mas está de parabéns sobretudo a população que aqui esteve reivindicando seus direitos, brigando para fazê-los valer.

Muito obrigado a todos e dou por encerrada esta audiência pública. (Palmas.)

DEPUTADO MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE
*** X X X ***

COMUNICADO

COMUNICADO

Florianópolis, 26 de setembro de 2007

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Júlio Garcia

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Neste Poder

Senhor Presidente

Cumprimentando-o cordialmente, comunicamos a Vossa Excelência, conforme documento anexado, a constituição da **Frente Parlamentar Contra a Instalação de Pedágios nas Rodovias Federais e Estaduais de Santa Catarina**

Sendo o que se apresenta, antecipamos agradecimentos.

Anteciosamente,

Décio Góes

Deputado Estadual PT/SC

Lido no Expediente

Sessão de 27/09/07

REQUERIMENTO

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no Regimento Interno deste Poder, REQUEREM a constituição de uma **FRENTE PARLAMENTAR CONTRA A INSTALAÇÃO DE PEDÁGIOS NAS RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS DE SANTA CATARINA**.

Palácio Barriga Verde, em 26 de setembro de 2007

Deputado Décio Góes

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Manoel Mota

Deputado Pedro Uczai

Deputado Antônio Aguiar

Deputado Edson Piriquito

Deputado Serafim Venzon

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Genésio Goulart

Deputado Clésio Salvaro

Deputada Ana Paula de Lima

Deputado Pedro Baldissera

Deputado Renato Hinnig

Deputada Odete de Jesus

Deputado Jandir Bellini

Deputado José Natal Pereira

Deputado Silvío Dreveck

Deputado Reno Caramori

Deputado Dagomar Carneiro

Deputado Professor Grandó

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 108/2007

Ofício Nº 264/2007 Florianópolis, 19 de setembro de 2007

Divisão de Cartório - DJ/RCLR

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Assembleia Legislativa

Ref. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.0094406-2/001-00, NA ORIGEM 1898000543-1

Senhor Presidente,

De origem ao Exmo. Sr. Des. Relator, encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, fotocópias de peças e do venerando acórdão e despacho, referente aos autos de Arguição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível nº 1998.0094406-2/0001-00, da comarca de Chapecó, em que é Arquinte a Egrégia Terceira Câmara Civil.

Respeitosamente,

SUZETE OPILHAR

Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 27/09/07

Arguição de Inconstitucionalidade em apelação cível em Mandado de Segurança e Apelação cível em mandado de Segurança nº 1998.0094406-2, de Chapecó

Relator: des. Francisco Oliveira Filho

ARGUIÇÃO INCIDENTAL - CONTROLE DIFUSO - APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) - PROGRESSIVIDADE ANTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000 - TAXA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO (FUNREBOM) - FATO GERADOR - CORPO DE BOMBEIROS DE SC, SUBORDINADO AO GOVERNADOR DO ESTADO - ART. 129 DA LEI MUNICIPAL Nº 170/83 E ART. 15 DA LEI Nº 2.826/87, ALTERADO PELO ART. 6º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 20/93 - EIVA RECONHECIDA - APELO ACOLHIDO - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO FORMULADO NA INICIAL DO WRIT.

"A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sedimentou-se no sentido de a progressividade estabelecida em Lei municipal pressupor a observância do disposto nos arts. 156, § 1º e 182, §§ 2º e 4º, da CF. Precedentes: RE 153.771-0/MG, julgado pelo Pleno, tendo sido designado o Min. Moreira Alves para redigir o acórdão, que foi veiculado no DJ de 05/09/1997" (AgRg em RE nº 207.259-1, Min. Marco Aurélio, DJ 91-E, de 15/5/98). "3 - Taxa de Combate a Sinistros. O fato de o Município de São Paulo assumir, contratualmente, a responsabilidade pelo custeio, em parte, dos serviços prestados pelo Estado de São Paulo no combate e extinção de incêndio ou de outros sinistros, não o autoriza a instituir taxa para obter os recursos correspondentes" (STJ - REsp nº 61604/SP, DJ de 30/03/98, p. 00028).

"Se o único fundamento da causa é a inconstitucionalidade de texto de lei, inexistindo matéria remanescente a ser decidida, é desnecessário que a Corte Especial devolva os autos ao órgão julgador que a suscitou, para completá-lo o julgamento, devendo, desde logo, decidir o feito, a fim de evitar procrastinação incompatível com os princípios que regem o processo moderno" (STJ - EDAGInRMS 1.178).

Ipsa facto, na espécie reconhecido que o conteúdo das normas, independentemente do procedimento do Poder Legislativo ou de quem teve a sua iniciativa, apresenta vício insanável, por ofender a Magna Carta, a inconstitucionalidade material é declarada, acarretando a procedência do pleito deduzido na inicial.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Arguição de Inconstitucionalidade em apelação Cível em mandado de Segurança e apelação Cível em Mandado de Segurança nº 1998.0094406-2, da comarca de Chapecó (1º Vara cível), em que é arquinte a Egrégia Terceira Câmara Civil:

ACORDAM, em tribunal Pleno, por votação unânime, declarar a inconstitucionalidade do art. 129, da Lei Municipal nº 170/83 e do art. 15, da Lei nº 2.826/87, alterado pelo art. 6º da Lei complementar nº 20/93, todas do Município de Chapecó. Formada a coisa julgada formal e material, cumpra-se o art. 40, inciso XIII, da Constituição Estadual, oficiando-se ao Presidente da Assembleia Legislativa. Sendo, "o único fundamento da causa a inconstitucionalidade de texto de lei, inexistindo matéria remanescente a ser decidida, é desnecessário que a Corte Especial devolva os autos ao órgão julgador que a suscitou, para completá-lo o julgamento, devendo, desde logo, decidir o feito, a fim de evitar procrastinação incompatível com os princípios que regem o processo moderno" (STJ - EDAGInRMS nº 1.178). Ipsa facto, atende-se o apelo, julgando procedente o pedido formulado na inicial (fls. 19/20), a fim de ordenar a expedição de novo carnê de IPTU sem a progressividade de alíquotas, com exclusão também da taxa de segurança contra incêndio (Funrebom). Despesas processuais (§ 2º do art. 20 do CPC) na forma da legislação específica.

Custas na forma da lei.

Porto Administração e Participações Ltda., por seu procurador, impetrou mandado de segurança contra ato praticado pelo Secretário da Fazenda e Administração do Município de Chapecó, que lhe teria emitido carnê de cobrança de tributos reputados em desacordo com o sistema tributário constitucional. Argüi, em síntese, violação aos arts. 77 e 79 do Código Tributário Nacional; 125, II, da Constituição Estadual; e 145, II, da Constituição Federal.

Suscitou veementemente a inconstitucionalidade da progressividade da alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano, porque não haveria legislação federal regulando a matéria; haveria impossibilidade de ser fixada a alíquota discriminatoriamente; estariam mal determinados os conceitos empregados na legislação instituidora desses tributos, a par de imprecisão de localização das áreas de alto, médio e baixo adensamento; a majoração desse tributo deu-se de forma ilegal.

Sustentou também a inconstitucionalidade da "taxa de prevenção contra incêndios", porquanto já possuísse base de cálculo própria de imposto, em virtude de ser relativa a serviço prestado pelo Estado e não pelo Município.

Teceu outras considerações que restam incorporadas, por brevidade, a esta suma. Requereu a concessão de medida liminar e, ao final, sua confirmação.

Definida a providência liminar, a autoridade tida por coatora prestou informações defendendo a higidez de seus atos.

Há parecer do Ministério Público no sentido da denegação.

a prestação jurisdicional é negativa.

Insurgiu-se então a autora, que interpôs recurso de apelação; reeditou para tanto as teses despendidas na peça vestibular.

apresentadas as respostas, o Parquet manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

O Ministério Público de Segundo Grau, por sua vez, opinou de maneira idêntica à de seu congêneres a quo.

A Terceira Câmara Civil, por votação unânime, suscitou o incidente de inconstitucionalidade perante este colendo Órgão Especial (fls. 563/567).

A douta Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer da lavra do ilustre Dr. Sérgio Antônio Rizelo, opinou pela inconstitucionalidade dos dispositivos atacados (fls.606/616).

Embargos declaratórios foram opostas, sendo negativos o veredicto (fls. 708/713). Interpostos Recursos Especial e Extraordinário (fls. 758/771), impugnou-os o Município de Chapecó (fls.812/821), Procuradoria-Geral de Justiça (fls. 825/833). Admitido o primeiro reclamo (fls. 836/837), o Extremo para o supremo Tribunal Federal teve o seguimento negado (fls. 839/840).

Observado o respectivo procedimento, o Superior Tribunal de Justiça ordenou o "regular julgamento das questões de direito aventadas" (fls.867), admitindo o incidente de inconstitucionalidade em mandado de segurança.

Há conclusão após despacho (fl. 888 v.) intimando as partes do retorno dos autos a este grau de jurisdição.

É a síntese do essencial.

Consta no item 2 da emenda do v. aresto (fl.867) no Recurso Especial: "consoante afirma a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, é possível a declaração incidental de inconstitucionalidade de lei em sede de mandado de segurança, procedimento que, se denegado, conduz à redução da tutela ofertada por essa via mandamental. precedentes". Em consequência, foi desconstituído o v. acórdão (fls.683/687) que afastou o exercício do controle difuso, o qual agora é realizado.

A eiva estaria no art. 129 da Lei Municipal nº 170/83 e no art. 15 da Lei nº 2.826/87, alterado pelo art. 6º da Lei Complementar nº 20/93. Aquela primeira norma jurídica possibilita a progressividade do IPTU no Município de Chapecó, dispondo a propósito o § 1º daquele art. 129: "para os efeitos da aplicação da alíquota fixada no inciso III deste artigo, será observada a progressividade prevista nos incisos I a IV do parágrafo único do art. 3º, da Lei nº 3.047/89, acrescendo-se a alíquota atualmente em vigor o percentual de 0,15 (zero vírgula quinze por cento e respeitada a progressividade)". Ora, o art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 3.047/89, como o art. 9º da Lei complementar nº 47/97, também foi responsável por alterações introduzidas no artigo referido. Acerca dessa matéria, na Arguição de Inconstitucionalidade na apelação Cível em Mandado de Segurança nº 1996.002594-4, em que foi relator o Exmo. Sr. Des. Nelson Schaefer Martins, a síntese do veredicto reza: "Tributário. Lei Municipal nº 3.071, de 30/12/94, de Criciúma. Art. 1º, § 7º. Alíquota Progressiva do IPTU. Constituição Federal, arts. 156, § 1º e 181, §§ 2º e 4º. Súmula 589 do STF. Constituição Estadual, arts. 125, § 1º e 128, incisos II e IV. Decretação de Inconstitucionalidade pela via incidental".

Logo, estatuinto o art. 156, § 1º, da Magna carta, que o IPTU pode ser progressivo " nos termos da lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade", a respectiva exegese deve levar em conta o art. 182, §§ 2º e 4º, desse diploma fundamental, que alude à lei federal dizendo o que seja função social da propriedade. Portanto, silenciando a lei que criou o Plano Diretor sobre o fato de que o imóvel não edificado não cumpre sua função social, a progressividade do IPTU não pode ser exigida. Aliás, "a jurisprudência do supremo Tribunal Federal sedimentou-se no sentido de a progressividade estabelecida em lei municipal pressupor a observância do disposto nos arts. 156, § 1º e 182, §§ 2º e 4º, da CF Precedentes: RE 153.771-0/MG, julgado pelo Pleno, tendo sido designado O Min. Moreira Alves para redigir o acórdão, que foi veiculado no DJ de 05/09/1997" (AgRg em RE nº 207.259-1, Min. Marco Aurélio, DJ 91-E, de 15/05/98).

Há, pois, inconstitucionalidade material, a qual "ocorre quando o conteúdo da lei contraria Constituição" (Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino. Controle de Constitucionalidade. Editora Impetus. 2º ed. p. 21). Por outro lado, oportuno ressaltar que a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, deu nova redação ao § 1º e incisos I e II do art. 156 da Lex Mater, mas a questão jurídica suscitada é anterior.

Igual destino merece o art. 15 da Lei nº 2.826/87, com as modificações determinadas pelo art. 6º da Lei Complementar nº 20/93. O § 6º do art. 144 da Constituição Federal é categórico: "As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios". A taxa municipal de segurança contra incêndio revela que o fato gerador é o Corpo de Bombeiros de SC, subordinado à autoridade do Governador do Estado. O Município de Chapecó, portanto, não pode cobrar por serviço que não realiza. O superior Tribunal de Justiça, a propósito, assim se manifestou: "O Município não pode instituir taxa para remunerar serviços que são prestados por outra entidade estatal" (REsp nº 1666684/SP, DJ de 31/05/99, p. 00118).

Ainda: "3 - Taxa de Combate a Sinistros. O fato de o Município de São Paulo assumir, contratualmente, a responsabilidade pelo custeio, em parte, dos serviços prestados pelo Estado de São Paulo no combate e extinção de incêndio ou de outros sinistro, não autoriza a instituir taxa para obter os recursos correspondentes" (Resp nº 612604/SP, DJ de 30/03/98, p. 00028). O conteúdo da norma, independentemente do procedimento do Poder Legislativo ou de quem teve a sua iniciativa, apresenta vício insanável, por ofender a Magna Carta.

Ante o exposto, declara-se a inconstitucionalidade do art. 129 da Lei Municipal nº 170/83 e do art. 15 da Lei nº 2.826/87, alterado pelo art. 6º da Lei Complementar nº 20/93, todas do Município de Chapecó. Formada a coisa julgada formal e material, cumpre-se art. 40, inciso XIII, da Constituição Estadual, oficiando-se ao Presidente da Assembléia Legislativa. Sendo, "o único fundamento da causa a inconstitucionalidade de texto de lei, inexistindo matéria remanescente a ser decidido, é desnecessário que a Corte Especial devolva os autos ao órgão julgador que a suscitou, para completar-lhe o julgamento, devendo, desde logo, decidir o feito, a fim de evitar procrastinação incompatível com os princípios que regem o processo moderno" (STJ - EDAnRMS nº 1.178). Ipso facto, atende-se o apelo, julgando-se procedente o pedido formulado na inicial (fls.19/20), a fim de ordenar-se expedição de novo carnê de IPTU sem a progressividade de alíquota, com exclusão também da taxa de segurança contra incêndio (Funreborn). Despesas processuais (§ 2º do art. 20 do CPC) na forma da legislação específica.

Participaram do julgamento, com votos vencedores, os Exmos. Srs. Des. Alcides Aguiar, Amaral e Silva, Anselmo Cerello, Jorge Mussi, Pedro Manoel Abreu, Cláudio Barreto Dutra, Sérgio Paladino, Mazoni Ferreira, Volnei Carlin, Irineu João da Silva, Luiz César Medeiros, Vanderlei Romer, Eládio Torret Rocha, Wilson Augusto do Nascimento, Nelson Schaefer Martins, José Volpato, Sergio Roberto Baasch Luz, Monteiro rocha, Fernando Carioni, Torres Marques, Luiz Carlos Freyesleben, Rui Fortes, Gastaldi Buzzi, Marcus Tulio Sartorato, Nicanor da Silveira e Cid Goulart.

Florianópolis, 20 de setembro de 2006

Pedro Manoel Abreu - Presidente com Voto

Francisco Oliveira Filho - Relator

Arguição de Inconstitucionalidade em Apelação cível em mandado de Segurança nº 1998.009406-2, de Chapecó

Vistos etc.

Arguição incidental positiva (fls.905/911) reconheceu na fundamentação (fl.909) do veredicto eiva no § 1º, do art. 129, da lei nº 170/83, com a redação da LC nº 47/97, ambas do Município de Chapecó. entretanto, na parte dispositiva do acórdão (fl.910) não há referência ao referidos § 1º, do art. 129, da lei nº 170/83, com a redação da LC nº 47/97. Almeja, em consequência, o Município de Chapecó a uniformidade, não obstante o trânsito em julgado (fl.873).

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO Nº 001/2007

Altera o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 001, de 15 de janeiro de 2004.

Art. 1º Fica acrescido o inciso XIV ao artigo 27 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 001, de 15 de janeiro de 2004, com a seguinte redação:

"Art. 27. (...)

XIV - Comissão de Pesca e Aquicultura"

Art. 2º Ficam suprimidos os incisos VI, VII e VIII do art. 75 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 001, de 15 de janeiro de 2004.

Art. 3º Ficam acrescidos a Seção XIV, do Capítulo IV, do Título III, e o art. 83-B, ao Regimento Interno da Assembléia Legislativa, com a seguinte redação:

"Seção XIV

Da Comissão de Aquicultura e Pesca

Art. 83 -B. São os seguintes os campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Aquicultura e Pesca:

I - assuntos relativos à política pesqueira e aquícola estadual, compreendendo, especialmente:

a) pesca empresarial, artesanal, de subsistência, científica, amadora e esportiva;

b) aquicultura em águas públicas ou privadas, doces ou salgadas;

c) ordenamento, fomento, incentivo, financiamento, fiscalização e desenvolvimento sustentável das atividades de pesca e aquicultura;

d) pesquisa, cultivo, captura, conservação, processamento, transporte, comercialização e controle sanitário dos recursos pesqueiros;

e) políticas de abastecimento interno, importação e exportação de produtos da pesca e da aquicultura;

f) infra-estrutura de apoio à produção e comercialização de pescado;

g) desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos pescadores, aquícultores e de suas comunidades;

h) organização do setor: empresas, colônias de pescadores, cooperativas, associações e sindicatos vinculados aos setores de pesca e aquicultura;

i) preservação e recuperação dos ecossistemas aquáticos;

j) seguro de embarcações pesqueiras;

k) arrendamento de embarcações pesqueiras; e

l) as normas sobre as atividade pesqueira e aquícola em todas as regiões do Estado."

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 27/09/07

Deputado Padre Pedro Baldissera

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Gelson Merisio

Deputado Antonio Aguiar

Deputado Clésio Salvaro

Deputado Sílvio Drevck

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Valmir Comin

Deputado Décio Góes

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Rogério Mendonça

Deputado Dagomar Carneiro

Deputado Nilson Gonçalves

Deputado José Natal Pereira

Deputado Joilson Lima da Silva

Deputado Pedro Uczai

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa retirar da Comissão de Agricultura e Política Rural o campo temático referente à pesca, hoje tratado de forma parcial e secundária, destinando-o exclusivamente à Comissão de Pesca e Aquicultura, de caráter permanente, cujos motivos passo a exarar.

No ano 2000, o Brasil ocupava o 25º lugar no ranking mundial relativo à produção de pescado, conforme dados da Organização das Nações Unidas. Hoje, cerca de 4 milhões de brasileiros têm como fonte exclusiva de emprego e renda a atividade pesqueira e aquícola. Movimentando mais de 1 bilhão de dólares a cada ano, a aquicultura e a pesca compõem um setor importantíssimo para a economia nacional. O Estado de Santa Catarina, fato desconhecido para muitos ainda, é o maior produtor nacional, juntando a aquicultura e a pesca. No entanto, inexistente uma política estadual que oportunize o maior desenvolvimento do setor. Veja tabela e gráfico:

Ora, essa desarmonia configura erro material (DEMO, Roberto Luis Luchi. Embargado de Declaração. Aspectos Processuais e Procedimentais. In Nery Jr., Nelson Wambier, Teresa Arruda Alvim (coord.) Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis São Paulo: RT, 2002. p. 459, nº 6.4.I), o qual destaca: "o erro material cometido por um juiz de primeira instância pode ser corrigido por ele mesmo ou pelo Tribunal, bem como o juiz pode corrigir o do Tribunal".

E mais: "O acórdão que contém erro material não é imutável pelos efeitos da coisa julgada, pois o erro impede que ocorra o trânsito em julgado. A correção da decisão com erro material pode dar-se em qualquer momento e pelo mesmo órgão julgador que a proferiu" (TRF/4º Região, Questão de Ordem 95.0401727/SC). No mesmo sentido: REsp 95.54463/PR.

Defiro, pois, o pleito (fls. 924/940), declarando que a inconstitucionalidade restringe-se ao § 1º, do art. 129, da Lei nº 170/83, com a redação da LC nº 47/97, ambas do Município de Chapecó, passando esta decisão a fazer parte integrante da parte dispositiva do acórdão (fl. 911), o qual deverá ser republicado no diário da Justiça, com este adendo.

Oficie-se ao Exmo. Sr. des. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, objetivando a complementação do decreto Legislativo nº 18.276/2007, da Augusta Assembléia Legislativa.

I - se

Florianópolis, 6 de julho de 2007

Francisco Oliveira Filho

Relator

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 109/2007

ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMIGOS DEFICIENTES AUDITIVOS

A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

Senhora Deputada Ana Paula de Souza Lima,

Na qualidade de representante legal da Instituição acima qualificada, venho respeitosamente encaminhar o relatório circunstanciado de atividades de 2006, em atenção a Lei nº 10.436 de 01/07/1997 e suas alterações, objetivando a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual (Prestação de Contas Anual).

Roberto Gassert

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 27/09/07

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 110/2007

ACEVALI - Associação de Cegos do Vale do Itajaí

A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

Senhora Deputada Ana Paula de Souza Lima,

Na qualidade de representante legal da Instituição acima qualificada, venho respeitosamente encaminhar o relatório circunstanciado de atividades de 2006, em atenção a Lei nº 10.436 de 01/07/1997 e suas alterações, objetivando a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual (Prestação de Contas Anual).

Blumenau, SC 19/09/2007

JUREMA RAULINO

Assinatura do Representante Legal

Lido no Expediente

Sessão de 27/09/07

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 111/2007

ABLUDEF - Associação Blumenauense de Deficiente Físicos

A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

Senhor Presidente,

Na qualidade de representante legal da Instituição abaixo qualificada, venho respeitosamente encaminhar o relatório circunstanciado de atividades de 2006, em atenção a Lei nº 10.436 de 01/07/1997 e suas alterações, objetivando a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual (Prestação de Contas Anual).

Blumenau, SC 22 de agosto de 2007

MARIA HELENA NABLA

Assinatura Representante Legal

Lido no Expediente

Sessão de 27/09/07

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 112/2007

Blumenau, 18 de setembro de 2007

A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

Senhora Deputada Ana Paula de Souza Lima,

Na qualidade de representante legal da Instituição acima qualificada, venho respeitosamente encaminhar o relatório circunstanciado de atividades de 2006, em atenção a Lei nº 10.436 de 01/07/1997 e suas alterações, objetivando a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual (Prestação de Contas Anual).

LUIZ CARLOS CENZI REBELLATO

Presidente AFISVALE

Lido no Expediente

Sessão de 27/09/07

*** X X X ***

TABELA 23 - SANTA CATARINA

Produção pesqueira em 2005

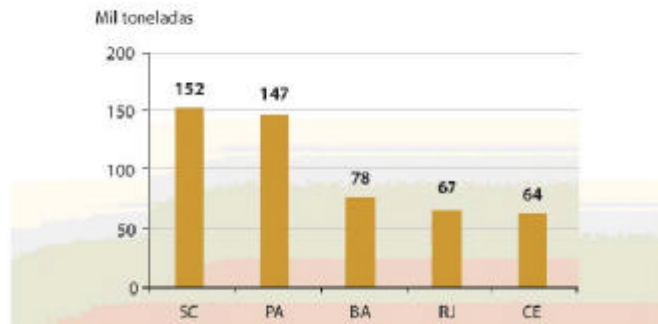
TIPOS	PRODUÇÃO (toneladas)		
	SC	BR	% SC/BR
PESCA EXTRATIVA MARINHA	115.059,5	507.858,5	22,66
Peixes	109.143,0	434.114,0	25,14
Crustáceos	4.256,0	60.292,0	7,06
Moluscos	1.660,5	13.452,5	12,34
PESCA EXTRATIVA CONTINENTAL	582,0	243.434,5	0,24
Peixes	582,0	238.192,5	0,24
Crustáceos	0,0	5.242,0	0,00
Moluscos	0,0	0,0	0,00
AQUICULTURA MARINHA	16.902,0	78.034,0	21,66
Peixes	0,0	0,0	0,0
Crustáceos	2.726,5	63.133,5	4,32
Moluscos	14.175,5	14.900,5	95,13
AQUICULTURA CONTINENTAL	19.133,5	179.746,0	10,64
Peixes	19.133,5	178.746,5	10,70
Crustáceos	0,0	370,0	0,00
Moluscos	0,0	0,0	0,00
Anfíbios	0,0	629,5	0,00
TOTAL	151.677,0	1.009.073,0	15,03

Fonte: IBAMA

Obs: em junho de 2007 ainda não disponíveis dados 2006.

Em 2005 SC ultrapassou o Pará na produção de pescados, ocupando a liderança nacional

Principais estados em produção pesqueira em 2005



Fonte: IBAMA

A Presidência da República, sob a firme e democrática postura implementada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no início de seu primeiro mandato criou a Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura, com status de ministério pela Medida Provisória nº 103, de 2003, que em seu artigo 23 elencou as suas diversas atribuições, dentre as quais destaco a formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola, e a promoção, execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, e de políticas de comercialização de pescado.

A Câmara dos Deputados, muito antes dessa iniciativa, criou, em 1994, a Frente Parlamentar da Pesca, e sob a Presidência do catarinense - parlamentar à época o Excelentíssimo Deputado Edson Andrino -, conseguiu alcançar grandes vitórias para o setor pesqueiro nacional. Dentre as diversas Comissões Permanentes deste Poder Legislativo, os assuntos sobre a aquícola inexistem, e os da pesca encontram-se contidos, de forma secundária, no campo temático da Comissão de Agricultura e Política Rural, na forma do art. 75, incisos VI, VII e VIII, do Regimento Interno.

Tal assunto, além de estar desacompanhado da aquícola, dispersa-se entre os demais campos de atuação da referida Comissão, encarregada de apreciar questões de maior relevância, relativas à política agrícola e questões fundiárias, agropecuárias, agroindustriais e florestais, além da preservação e recuperação ambientais no meio rural. Uma importante contribuição desta Douta Casa à atividade pesqueira e aquícola

começaria com a instalação permanente da Comissão de Pesca e Aquicultura, no exercício da sua função legislativa e fiscalizadora, fomentando discussões em todo o Estado, para o aprimoramento de políticas sustentáveis e adequadas às realidades estaduais do setor.

Portanto, considerando a necessidade de ampliar a representatividade do setor nas políticas de Estado em Santa Catarina, de ajustar a legislação pertinente, proporcionando a criação de empregos e a inclusão social de milhares de catarinenses, de incentivar uma gestão compartilhada e participativa, de inclusão da atividade na rota do desenvolvimento sustentável no Estado, e de colaborar para que o setor, extremamente potencializado em Santa Catarina, passe a ter o lugar de destaque que merece no cenário econômico nacional, a criação da Comissão de Pesca e Aquicultura trará grande dinamismo a esta Douta Casa, agilizando o acompanhamento do setor, a fiscalização e o controle de atos do Poder Executivo e a apreciação de proposições relacionadas a esses importantes temas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Deputados à aprovação da presente Proposta de Alteração do Rialeosc, que garantirá a chancela deste Poder no estímulo ao debate que certamente suscitará iniciativas legiferantes em favor do setor pesqueiro e aquícola catarinenses.

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 008, DE 2007

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Dá nova redação ao § 1º do art.19-C da Resolução nº 009, de 2006, que dispõe sobre as honorarias instituídas pela Assembléia Legislativa.

Art. 1º O § 1º do art. 19-C da Resolução nº 009, de 19 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 -C

§ 1º A escolha dos homenageados será realizada na forma estabelecida no art. 22 desta Resolução." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de setembro de 2007

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***